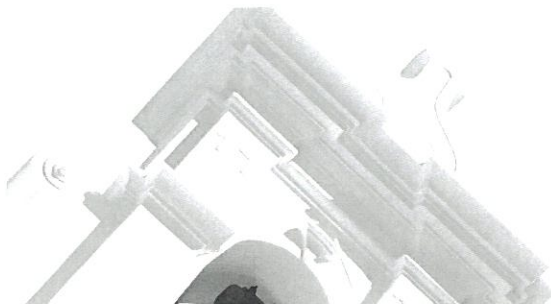




ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

(Mandato 2025-2029)

ATA N.º 4/2026

Sessão Ordinária Pública, de 18 de junho de 2026

Local: Auditório da Biblioteca Álvaro de Campos e simultaneamente transmitida na página do Facebook do Município de Tavira

Mesa:

Presidente: José Manuel Madeira Guerreiro

1.º Secretário: José Vitorino Rodrigues Pereira

2.ª Secretária: Maria Manuela Gonçalves Romão

Membros da Assembleia Municipal presentes na Sessão:

- Ana Rita Gonçalves Pacheco (PPD/PSD);
- Anaísa Pera Gonçalves; (CH)
- Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes (PPD/PSD);
- Carlos Filipe Martins de Carvalho (PPD/PSD);
- David Martins (PS);
- Elsa Maria Cruz Ribeiro (PPD/PSD);
- Emília Domingos Justo (CH);
- Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos (CH);
- José Epifânio Martins da Graça (PS);
- José Manuel Madeira Guerreiro (PS);
- José Vitorino Rodrigues Pereira (PS);
- Jovita de Fátima Romano Ladeira (PS);
- Maria Manuela Gonçalves Romão (PS);
- Natércia Maria Teixeira Joaquim (PPD/PSD);



- Nuno Filipe Gonçalves Diogo (PS);
- Patrícia Adelina Guerreiro de Macedo Pereira Lima (PS);
- Rui Manuel Rocha Horta (PPD/PSD);
- Sofia Isabel Costa Gomes (PS);
- Sónia Margarida Correia Tomás (PPD/PSD);
- Tiago Miguel Gonçalves Caetano (PS);
- Viriato Luís Santana de Jesus (PPD/PSD).

Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão:

- Junta de Freguesia de Tavira, Sérgio Manuel Gonçalves Pereira;
- Junta de Freguesia de Luz de Tavira, João Miguel Viegas de Mendonça;
- Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Arménio Manuel Horta Viegas;
- Junta de Freguesia de Santa Luzia, Nuno Leonel Gonçalves Mateus;
- Junta de Freguesia de Conceição de Tavira, Hélder dos Mártires Palma da Conceição;
- Junta de Freguesia de Santo Estevão, Carlos Manuel Viegas de Sousa;
- Junta de Freguesia de Cabanas de Tavira, Carlos Manuel do Livramento Baptista;
- Junta de Freguesia de Cachopo, Rafael Ribeiro Dias.

Membro(s) da Assembleia Municipal ausente(s) na Sessão:

- Carlos Filipe Pacheco Soares (PS);
- Luís Filipe Faleiro Machado (PS);
- Muriel Cristina Dias Neto (PPD/PSD).

--- Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, reuniram em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, realizada na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, e simultaneamente transmitida na página do *Facebook* do Município de Tavira. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão pelas vinte e uma horas e oito minutos. -----

--- Justificou o ligeiro atraso no início dos trabalhos com a doença súbita de um dos deputados municipais do Partido Social Democrata (PSD), cuja substituição já havia sido solicitada, aguardando-se a chegada do respetivo Membro substituto. -----

--- Cumprimentou a Presidente da Câmara Municipal, os vereadores, os deputados municipais, presidentes de junta de freguesia, o público presente e os que acompanhavam a transmissão digital através das redes sociais do Município, bem como os funcionários da Biblioteca Municipal, do secretariado de apoio, os informáticos e os técnicos de som e imagem. -----

--- Informou que relativamente à transmissão online das reuniões dos órgãos autárquicos e de acordo com uma recomendação da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), o público e os colaboradores presentes na sala teriam de prestar autorização expressa.-----

--- Referiu que queria agradecer à Divisão de Informática e Tecnologias de Informação (DITI) do Município pela aplicação informática de gestão e contagem de tempos. Esclareceu que a ferramenta se encontrava em fase experimental supondo que faltava apenas a definição de alguns tempos de acordo com o Regimento, nomeadamente a configuração do corte automático de som após os cinco (5) minutos de intervenção.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal informou tinham três (3) pedidos de substituição dos deputados municipais Carlos Filipe Pacheco Soares e Luís Filipe Machado substituídos por Sofia Isabel Costa Gomes e Tiago Miguel Gonçalves Caetano, respetivamente, e da Deputada Municipal Muriel Cristina Dias Neto substituída por Carlos Filipe Martins de Carvalho. -----

--- Referiu que o Deputado Municipal Tiago Caetano, que se estreava naquele Órgão deliberativo, já tinha chegado e deu-lhe as boas-vindas.-----

--- Solicitou ao Primeiro-Secretário **Deputado Municipal José Vitorino Rodrigues Pereira** que procedesse à chamada.-----

Presenças: Ana Rita Gonçalves Pacheco, Anaísa Pera Gonçalves, Arménio Manuel Horta Viegas, Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes, Carlos Filipe Martins de Carvalho, Carlos Manuel do Livramento Baptista, Carlos Manuel Viegas de Sousa, David Martins, Elsa Maria Cruz Ribeiro, Emília Domingos Justo, Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos, Hélder dos Mártires Palma da Conceição, João Miguel Viegas de Mendonça, José Epifânio Martins da Graça, José Manuel Madeira Guerreiro, José Vitorino Rodrigues Pereira, Jovita de Fátima Romano Ladeira, Maria Manuela Gonçalves Romão, Natércia Maria Teixeira Joaquim, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Nuno Leonel Gonçalves Mateus, Patrícia Adelina Guerreiro de Macedo Pereira Lima, Rafael Ribeiro Dias, Rui Manuel Rocha Horta, Sérgio Manuel Gonçalves Pereira, Sofia Isabel Costa Gomes, Sónia Margarida Correia Tomás, Tiago Miguel Gonçalves Caetano e Viriato Luís Santana de Jesus. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** pediu à Segunda-Secretária, Maria Manuela Gonçalves Romão, que procedesse à leitura da correspondência. -----

--- **A Deputada Municipal Maria Manuela Gonçalves Romão** informou que nos termos da alínea m) do artigo 7º do Regimento, desde a sessão anterior tinha sido recebida pela Mesa da Assembleia Municipal, a seguinte correspondência:-----

--- «*O Executivo da Junta de Freguesia de Conceição remeteu convite para as comemorações do 1º de Maio - Dia do Trabalhador;*-----

- A ANAM enviou convite para a Conferência ANAM "A Arquitetura do Poder Local" - Universidade do Porto, a decorrer no dia 29 de abril de 2026; -----
- O Primeiro-Ministro remeteu convite para a apresentação do Plano de Transformação, Recuperação e Resiliência PTRR, a decorrer no dia 28 de abril; -----
- A AIP-IAP enviou convite para o 18.º aniversário da Associação, a realizar no dia 7 de maio; ----
- O Agrupamento de Escolas Dr. Jorge Augusto Correia – Tavira remeteu convite para participação no Dia da Europa AEJAC, a realizar no dia 15 de maio;-----
- O Partido Chega solicitou esclarecimentos sobre os acontecimentos ocorridos na sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 22 de abril de 2026;-----
- A CCDR Algarve I.P., remeteu convite para as iniciativas alusivas ao Dia da Europa; -----
- A AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve remeteu a moção apresentada pela bancada da CDU e intitulada " No 52º aniversário da Revolução - Comemorar Abril, afirmar e valorizar o Poder Local Democrático";-----
- A Associação Cultural Memória Viva de Santa Catarina, enviou convite para o Festival do Caracol, que se realizou no dia 16 de maio; -----
- A Ordem dos Arquitetos remeteu convite para a Cerimónia de Entrega do 5.º Prémio de Arquitetura do Algarve e Lançamento da 3.ª Edição da Revista Intersecções - Algarve, que decorreu no dia 17 de maio;-----
- A Santa Casa da Misericórdia de Tavira enviou convite para a Missa em honra de Nossa Senhora da Misericórdia que se realizou no dia 29 de maio;-----
- A Ecotopia Activa solicitou divulgação no comunicado Aterro do Sotavento em risco de pressão crítica, expõe fragilidades estruturais da gestão de resíduos no Algarve; -----
- A ANAM enviou comunicação PAMS "Revisão da Lei das Finanças Locais pelo Despacho nº 4749, 13 de Abril"; -----
- Leões FC enviou convite 1ª. Gala Desportiva, a decorrer no dia 30 de maio de 2026;-----
- A Patinagem Clube de Tavira remeteu convite XII Torneio Amizade, que decorreu no dia 23 e 24 de maio de 2026;-----
- A Freguesia de Santa Luzia remeteu convite para as comemorações do Dia Nacional do Pescador que decorreu no dia 30 de maio; -----
- O REAGIR – Coordenação Local de Tavira remeteu a Proposta de Recomendação à Assembleia Municipal de Tavira - Classificação, Preservação e Valorização do Pego do Inferno; -----
- O Município Fernando Sequeira respondeu ao ofício da Câmara Municipal nº 9218 sobre o pedido de instalação de carrocel; -----



--- A CCDRA - Divulgação da Entrevista da Sr.ª Ministra do Ambiente e Energia, Dr.ª Maria Graça Carvalho.» -----

--- A Associação Ecotopia Activa remeteu a Reflexão sobre o Festival de Ecologia, Cidadania Activa e Sustentabilidade em Tavira;-----

--- A CCDR Algarve envia divulgação da Entrevista da Sr.ª Ministra do Ambiente e Energia, Dr.ª Maria Graça Carvalho;-----

--- Foram enviados dois votos de pesar e um voto de congratulação apresentados em conjunto pelos grupos do PS, PSD e CHEGA;-----

--- O Partido Socialista remeteu voto de congratulação ao desporto tavirense;-----

--- O Partido CHEGA remeteu duas Moções;-----

--- O Partido Social Democrata enviou duas Moções e dois Votos de Congratulação; -----

--- Associação Ecotopia Activa enviou comunicação com questões.» -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** informou como iam decorrer os trabalhos, informando que no Período Antes da Ordem do Dia iriam ter a votação da ata da sessão realizada a vinte e dois de abril de dois mil e vinte e seis (22/04/2026), seguida da apresentação de votos de congratulação, votos de pesar e moções, intervenções dos deputados municipais sobre assuntos não constantes da Ordem do Dia, seguindo-se a intervenção do público. -----

--- Relativamente ao público que pretendesse intervir deviam de proceder à sua inscrição até ao encerramento do Período Antes da Ordem do Dia, não podendo intervir sobre assuntos constantes na Ordem do Dia. Recordou ainda que, nos termos do número quatro (4) do artigo vigésimo oitavo (28.º) do Regimento da Assembleia Municipal, as intervenções do público deviam de ser sucintas não podendo exceder os três (3) minutos. -----

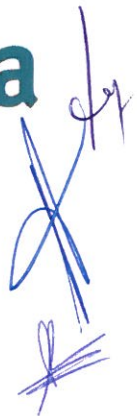
--- Seguidamente teriam a informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do município, e a Ordem do Dia. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal alertou os deputados municipais e presidentes de junta de freguesia que, após a votação de cada ponto, apenas podiam usar da palavra para a apresentação de declarações de voto. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal deu início à apreciação dos votos de congratulação com a apresentação e discussão ao Voto de Congratulação da Assembleia Municipal de Tavira a João Neves. O Voto de Congratulação tinha resultado de uma proposta conjunta subscrita pelas bancadas com assento naquela Assembleia Municipal, do Partido Socialista (PS), do Partido Social Democrata (PSD) e do Chega (CH).** -----

--- **Por se tratar de um Voto de Congratulação conjunto, procedeu à leitura do mesmo.** -----

--- «Voto de congratulação a João Neves-----



--- João Pedro Gonçalves Neves, natural de Tavira, nascido a 27 de setembro de 2004, é um futebolista internacional português que se afirma atualmente ao mais alto nível do futebol europeu.-----

--- Formado no concelho de Tavira e posteriormente no Sport Lisboa e Benfica, destacou-se desde cedo pelas suas qualidades técnicas, inteligência tática e capacidade competitiva, realizando um percurso de crescimento sustentado que o conduziu ao futebol profissional.-----

--- Após a sua afirmação no futebol nacional, transferiu-se para o Paris Saint-Germain, onde integra o plantel principal e tem contribuído de forma relevante para os resultados alcançados pelo clube nas competições nacionais e internacionais.-----

--- Entre esses resultados, destaca-se a conquista da Liga dos Campeões, alcançada no passado dia 31 de maio ao serviço do Paris Saint-Germain, uma das mais prestigiadas competições de clubes do futebol mundial. Este feito representa um marco de enorme relevância na sua carreira desportiva e constitui igualmente motivo de orgulho para Tavira, projetando o nome do concelho no panorama desportivo internacional.-----

--- Ao serviço da Seleção Nacional, João Neves tem igualmente assumido um papel de crescente relevância, representando Portugal ao mais alto nível e contribuindo para o prestígio do futebol português.-----

--- O seu percurso desportivo constitui um exemplo de dedicação, trabalho, perseverança e talento, sendo motivo de reconhecimento para o concelho de Tavira e uma inspiração para os jovens atletas que ambicionam alcançar a excelência desportiva.-----

--- Nestes termos, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em sessão ordinária, delibera:-----

--- 1. Aprovar um Voto de Congratulação a João Neves pela conquista da Liga dos Campeões, alcançada no passado dia 31 de maio ao serviço do Paris Saint-Germain, bem como pelo percurso desportivo de excelência que tem vindo a desenvolver;-----

--- 2. Felicitar o atleta pelos resultados alcançados e pela forma exemplar como representa Portugal e o concelho de Tavira;-----

--- 3. Reconhecer o contributo do seu percurso para a projeção do nome de Tavira nos planos nacional e internacional;-----

--- 4. Dar conhecimento da presente deliberação ao atleta, à Federação Portuguesa de Futebol, ao Paris Saint-Germain, à Câmara Municipal de Tavira e aos órgãos de comunicação social, promovendo a sua divulgação através dos canais institucionais do Município.-----

--- Voto de congratulação conjunto apresentado pelos grupos municipais do PS, PSD e CHEGA na Assembleia Municipal de Tavira.»-----

--- A **Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, o Executivo Municipal, os deputados municipais, os presidentes de Junta de Freguesia, os funcionários da autarquia, o público presente e o que estava a assistir online.-----

--- Relativamente ao voto de congratulação em apreço, manifestou uma grande honra por Tavira ser a terra de um atleta como João Neves, destacando que notícias publicadas no início do corrente mês o posicionavam na décima sexta (16.ª) posição do ranking mundial dos futebolistas mais valiosos do mundo. Sublinhou a excecionalidade e a dimensão histórica deste feito para o desporto local, argumentando ser improvável que o município assistisse à emergência de outro atleta daquele patamar nos próximos cinquenta (50) a cem (100) anos. Assim, propôs que o Executivo Municipal tivesse a audácia de promover uma cerimónia oficial de homenagem dedicada ao futebolista e que lhe fosse outorgado o título honorífico de Embaixador do Desporto Tavirense. Concluiu a sua intervenção reiterando que tal distinção constituía um justo reconhecimento pelo mérito do atleta e representava uma oportunidade única de promoção territorial, projetando o nome de Tavira a nível internacional. -----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação o Voto de Congratulação da Assembleia Municipal de Tavira a João Neves, que foi aprovado por unanimidade. O Voto de Congratulação original encontra-se em anexo à presente ata como documento número um (1).** -

--- **Passou à apresentação e discussão ao Voto de Congratulação ao Desporto Tavirense apresentado pela Bancada do Partido Socialista (PS).** -----

--- O **Deputado Municipal David Martins** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal, os membros da Mesa, a Presidente da Câmara Municipal, os restantes membros do Executivo, os deputados municipais, o público e as equipas de apoio técnico e logístico. -----

--- Enalteceu o espírito desportivo vivido no município, qualificando como um ato de assinalável relevância a apresentação do voto conjunto dedicado ao atleta João Neves, cuja prestação, na véspera, era digna de elogio. Salientou ainda que as distinções atribuídas no passado pelo Executivo Municipal já traduziam o devido reconhecimento e a valorização do mérito do futebolista.-----

--- Concluiu informando que, no intuito de alargar aquele reconhecimento ao panorama desportivo local, a Deputada Municipal Patrícia Lima iria proceder à apresentação de um voto de congratulação ao desporto tavirense. -----

--- A **Deputada Municipal Patrícia Lima** cumprimentou todos e procedeu à leitura do voto:-----

--- «*Voto de Congratulação ao Desporto Tavirense*-----

--- *A recente Gala do Desporto do Município de Tavira 2025 constituiu um momento marcante de*

reconhecimento do mérito local, homenageando atletas, clubes, associações, dirigentes, treinadores e famílias que contribuem diariamente para o desenvolvimento da atividade desportiva no concelho, reforçando igualmente a afirmação de Tavira como um importante polo nesta área.-----

--- Nos últimos meses, diversas entidades e atletas do concelho alcançaram resultados de elevado mérito, projetando o nome de Tavira a nível regional, nacional e internacional.-----

--- Para além do voto conjunto apresentado a João Neves na presente reunião, pela conquista da Liga dos Campeões Europeus ao serviço do Paris Saint-Germain, destaca-se a conquista do título de Campeão Europeu de Futebol de Praia Sub-20 por Francisco Crespo, atleta da AD Tavira Praia, em representação da Seleção Nacional Portuguesa.-----

--- Merece ainda particular reconhecimento o trabalho desenvolvido pela Associação Onda Sólida Arraial, cujos atletas alcançaram resultados de elevado mérito nos Campeonatos Nacionais de Petanca. Entre os destaques contam-se os títulos nacionais conquistados por Leandro Teixeira (Infantis), Lucas Pires (Juniões) e Ana Rosária (Sénior Feminino), bem como os lugares de pódio alcançados por Salvador Conceição (3.º classificado em Infantis), Vitória Carvalho (Vice-Campeã Nacional em Juniores) e Leonardo Nora (3.º classificado em Juniores).-----

--- Acresce ainda que a equipa da Onda Sólida, representante da Associação de Petanca do Algarve, alcançou um brilhante 2.º lugar no Campeonato Nacional de Petanca – Triplete, realizado em Santana.-----

--- Destaque igualmente para o Sonâmbulos FLA, vencedor da Liga 1 Algarve de Futsal, e para o Ginásio Clube de Tavira, Campeão da Liga 1 Algarve de Futebol no escalão de Iniciados.-----

--- Estas conquistas refletem a vitalidade do movimento associativo desportivo tavirense e o trabalho das instituições locais, bem como o contributo da Câmara Municipal de Tavira para o desenvolvimento do desporto no concelho, através do investimento em infraestruturas e programas de apoio.-----

--- Nestes termos, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em sessão ordinária no dia 18 de junho de 2026, delibera:-----

--- Aprovar um Voto de Congratulação ao Desporto Tavirense, felicitando os atletas, clubes, associações e demais entidades pelos resultados alcançados;-----

--- Reconhecer o contributo da Câmara Municipal de Tavira para o desenvolvimento e valorização do desporto no concelho;-----

--- Dar conhecimento da presente deliberação aos visados, às associações e clubes referidos e aos órgãos de comunicação social.»-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação o Voto de Congratulação ao Desporto Tavirense tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. O Voto de Congratulação original encontra-se em anexo à presente ata como documento número dois (2). -----

--- Passou à apresentação e discussão ao Voto de Congratulação – José Macário Correia para liderar a empresa AQUA, S.A., apresentado pela Bancada do Partido Social Democrata (PSD). ----

--- A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco procedeu à leitura do voto: -----

--- *“Voto Congratulação - José Macário Correia para liderar a empresa AQUA, S.A. -----*

--- *A nomeação de José Macário Correia, no passado dia 30 de abril para liderar a empresa AQUA, S.A., entidade criada no âmbito do grupo Águas de Portugal com a missão de gerir, coordenar e executar os projetos integrados na estratégia nacional «Água que Une», constitui um justo reconhecimento do seu percurso ao serviço público, marcado por uma vasta experiência nas áreas do ambiente, do ordenamento do território e da administração autárquica enquanto presidente da Câmara Municipal de Tavira e de Faro, bem como pela sua reconhecida capacidade de liderança, conhecimento técnico e experiência na concretização de projetos estruturantes.-----*

--- *A estratégia «Água que Une» representa um dos mais ambiciosos programas nacionais de gestão sustentável dos recursos hídricos, visando reforçar a segurança hídrica, a resiliência climática, a eficiência no uso da água e a concretização de investimentos fundamentais para o abastecimento público, a agricultura, a indústria e o desenvolvimento equilibrado do território nacional.-----*

--- *A relevância desta missão assume particular importância para regiões mais vulneráveis à escassez de água, nomeadamente o Algarve, exigindo liderança, visão estratégica e capacidade de mobilização institucional, qualidades amplamente reconhecidas em José Macário Correia.-----*

--- *Assim, reconhecendo o mérito, a competência e o percurso de José Macário Correia, manifestamos as mais sinceras felicitações pela confiança que lhe foi atribuída para presidir à AQUA, S.A., formulando votos dos maiores sucessos no desempenho desta relevante missão ao serviço do país, na convicção de que o seu trabalho contribuirá decisivamente para a concretização dos objetivos da estratégia «Água que Une» e para o reforço da sustentabilidade hídrica de Portugal.-----*

--- *Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 18 de junho de 2026, delibera:-----*

--- *Aprovar um Voto de Congratulação pela nomeação de José Macário Correia para liderar a AQUA, S.A.; -----*

--- *Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta a José Macário Correia, ao Governo da República Portuguesa e à AQUA, S.A.;-----*

--- Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, à Câmara Municipal de Tavira, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.”-----

--- **O Deputado Municipal David Martins** manifestou a total subscrição e apoio da sua bancada ao voto em apreço, considerando um motivo de orgulho para todos os tavirenses ver uma figura do município designada para uma missão de elevada relevância.-----

--- Referiu que era verdade que tinha chovido bastante nos últimos tempos e que todos se encontravam relativamente tranquilos, uma vez que existia abastecimento, dispondo, pelo menos, das condições necessárias para viverem com alguma tranquilidade. Contudo, salientou que não podiam considerar que se tratasse apenas de uma questão temporária, pelo que considerava imperativa a elaboração de um planeamento estruturado de longo prazo que assegurasse a sustentabilidade dos recursos hídricos para as gerações vindouras, salvaguardando setores económicos vitais, como a agricultura e o turismo, especialmente face à severa escassez hídrica verificada nos anos anteriores. -----

--- Naquele âmbito, enalteceu a nomeação de Macário Correia para a liderança da respetiva estrutura de gestão, fazendo votos de que a sua ação se traduzisse em resultados francamente positivos para o concelho de Tavira, para a região do Algarve e para o país porque o seu sucesso seria o sucesso de todos.-----

--- Concluiu reiterando o sentido de voto favorável da sua bancada e desejando o maior sucesso.

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação o Voto de Congratulação - José Macário Correia para liderar a empresa AQUA, S.A., que foi aprovado por unanimidade. O Voto de Congratulação original encontra-se em anexo à presente ata como documento número três (3).**-----

--- **Passou à apresentação e discussão do Voto de Congratulação – Mérito Desportivo apresentado pelo PSD.**-----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** informou que quem ia proceder à apresentação daquele Voto de Congratulação era a Deputada Municipal Elsa Ribeiro.-----

--- **A Deputada Municipal Elsa Ribeiro** cumprimentou todos e procedeu à leitura: -----

--- **«Voto de Congratulação Mérito Desportivo»**-----

--- *O grupo municipal do PSD da assembleia municipal de Tavira, congratula os seguintes clubes e atletas, e as suas respetivas equipas técnicas, pelo trabalho, empenho e dedicação demonstrados em prol da prática desportiva no nosso concelho nesta época desportiva, e por levarem o nome de Tavira além fronteiras, com toda a sua resiliência, dedicação e empenho em prol do desporto.*-----

--- *Assim, queremos congratular os seguintes clubes e atletas:*-----

- *Ginásio Clube de Tavira*-----
- *Vencedores da Liga 1 Algarve de Futebol no escalão de iniciados masculinos sub-15;*-----
- *Sonâmbulos* -----
- *Vencedores da Taça do Algarve de FUTSAL no escalão de Iniciados Masculinos sub-15;*-----
- *Vencedores da I Liga Algarve de FUTSAL no escalão de Sêniiores Masculinos;* -----
- *Clube de Tavira* -----
- *Luís Botelho - Campeão Distrital do Algarve de xadrez em partidas rápidas;*-----
- *AD Tavira Praia*-----
- *Francisco Crespo - Campeão Europeu no escalão de sub-20 de futebol de praia;* -----
- *Associação Gimnochamps de Tavira* -----
- *Jéssica Pereira - Campeã Nacional de Ginástica Adaptada em Trampolim Individual, Tumbling e Duplo Mini Trampolim no escalão feminino A +14;*-----
- *Francisco Santos - Campeão Nacional de Trampolim Individual, Tumbling e Duplo Mini;*-----
- *Trampolim no escalão masculino A sub-13;*-----
- *Ihor Tanchyk - Campeão Nacional de Trampolim Individual no escalão masculino A +14;*-----
- *CRD Santaluziense* -----
- *Luísa Siqueira e Louise Alves - vencedoras da 1ª Etapa do Campeonato Nacional de Futevôlei;* --
- *No atletismo, no escalão veteranas femininas, felicitar as campeãs regionais Justina Pereira, Manuela Pereira, Fátima Salvé Rainha, Lina Brito e Verónica Fernandes.*-----
- *Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 18 de junho de 2026, delibera:*-----
- *Aprovar publicamente um Voto de Congratulação aos clubes, atletas envolvidos, bem como aos seus treinadores e dirigentes;*-----
- *Enviar o presente Voto de Congratulação aos referidos atletas, clubes e treinadores por estas conquistas;*-----
- *Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, ao executivo da Câmara Municipal de Tavira, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.»*-----
- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação o Voto de Congratulação – Mérito Desportivo Tavirense tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. O Voto de Congratulação original encontra-se em anexo à presente ata como documento número quatro (4).**-----
- **O Presidente da Assembleia Municipal comunicou que tinha acabado de receber a notícia do falecimento do pai do ex-Deputado Municipal Silvino Oliveira, ocorrido naquele mesmo dia,**

assinalando que o mesmo já havia perdido a sua mãe na semana transata. Em nome de todos endereçou as mais sentidas condolências. -----

--- O Presidente da Assembleia passou aos votos de pesar, iniciando pelo Voto de Pesar pelo falecimento de David Sequeira, apresentado em conjunto por todas as bancadas da Assembleia Municipal de Tavira. -----

--- A Segunda-Secretária da Assembleia Municipal, Maria Manuela Romão, procedeu à leitura: --

--- «Voto de pesar pelo falecimento de David Sequeira -----

--- O Padre David Sequeira, figura incontornável da comunidade tavirense, cuja vida ficou marcada pela dedicação à Igreja, à cultura e ao serviço da população, faleceu aos 94 anos de idade no passado dia 22 de maio. -----

--- David Gonçalves Sequeira nasceu em Pêra (Silves) a 28 de julho de 1931, e entrou para o Seminário Diocesano do Algarve, em Faro, em 1944. -----

--- Na sua formação passou pelos Seminários de Almada e dos Olivais, no Patriarcado de Lisboa, sendo ordenado presbítero a 2 de setembro de 1956, pelo então bispo algarvio D. Francisco Rendeiro, na igreja paroquial de Alcantarilha. -----

--- De 1956 a 1962, foi prefeito e professor do Seminário Diocesano, e frequentou o Instituto Pontifício de Música Sacra de Roma, como bolseiro da Fundação Gulbenkian, entre 1962 e 1965, durante o Concílio Vaticano II; fez o magistério em Canto Gregoriano e a licenciatura em Composição Sacra. -----

--- Regressado de Roma, voltou a integrar a equipa formadora do Seminário de São José, ao lado do Padre José Pedro Martins, dinamizando na Diocese a divulgação dos documentos conciliares que propunham uma ampla variedade de mudanças na doutrina e nas práticas da Igreja. -----

--- Em 1969, o então bispo do Algarve, D. Júlio Rebimbas, nomeou o padre David Sequeira pároco de Santiago de Tavira, onde tomou posse no dia 28 de setembro. Nesta paróquia, criou as condições para existirem o Centro de Preparação para o Matrimónio (CPM), as Equipas de Nossa Senhora e o Movimento dos Cursinhos de Cristandade, e foi determinante na reabertura do Agrupamento 100 do Corpo Nacional de Escutas em 1979. -----

--- Em Tavira, foi também professor de Português e Francês, após o curso de Filologia Românica pela Universidade Clássica de Lisboa, efetivando-se no Agrupamento de Escolas Jorge Augusto Correia, onde lecionou até aos 67 anos de idade. Apaixonado pelo futebol e adepto do Belenenses, treinou as camadas jovens de vários clubes tavirenses. -----

--- Porém, a grande paixão da sua vida foi a música coral, fundando e assumindo a direção do Coro 'Nova Esperança', mais tarde renomeado 'Psallite Chorus', por onde passaram mais de 300 jovens que hoje continuam a sua obra, desde 1989, e cofundou o quinzenário Jornal do Sotavento.

--- Entre 2001 e 2008, para além de Santiago, também foi pároco de Santa Maria, nomeado por D. Manuel Madureira Dias, assumindo e desenvolvendo a obra social iniciada pela Padre Jacinto Guerreiro Rosa, seu antecessor na Matriz de Tavira. -----

--- Reconhecido como uma figura central da vida comunitária tavirense, pela sua proximidade às pessoas, pela simplicidade no trato e pela dedicação à comunidade, foi distinguido com a Medalha de Mérito Municipal – Grau Ouro em 2006, o Padre David Sequeira deixa um legado humano, espiritual e cultural que perdurará na memória coletiva de Tavira.-----

--- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 18 de junho de 2026, delibera: ----

--- 1. Aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento do Pe. David Gonçalves Sequeira. -----

--- 2. Propor à Câmara Municipal que seja considerada a consagração da sua memória em local adequado da toponímia tavirense. -----

--- 3. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta à família enlutada, à Paróquia de Tavira e à Diocese do Algarve, apresentando-lhes as mais sentidas condolências do Município de Tavira.-----

--- Voto de pesar conjunto apresentado pelos grupos municipais do PS, PSD e CHEGA na Assembleia Municipal de Tavira.» -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Pesar pelo falecimento de David Sequeira a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. O documento original encontra-se em anexo à presente ata como documento número cinco (5). -----

--- Passou ao Voto de Pesar pelo falecimento de Virgílio Lança também apresentado pela Assembleia Municipal de Tavira.-----

--- O Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, José Vitorino Pereira, procedeu à leitura: ----

--- «Voto de pesar pelo falecimento de Virgílio Lança -----

--- Natural de Vila Real de Santo António, o músico e professor Virgílio Lança radicou-se, em Tavira, dedicando a sua vida à educação e ao fado e faleceu no dia 28 de maio, aos 70 anos.-----

--- Era licenciado em Economia, pela Universidade de Coimbra, onde começou a cantar e integrar grupos de fado, tendo partilhado o palco com grandes nomes, nomeadamente, com Amália Rodrigues.-----

--- Como docente do Agrupamento de Escolas Jorge Augusto Correia, assumiu nos últimos anos da sua carreira profissional a direção do Centro de Formação de Professores, coroando um percurso de formação de alunos e de professores que engrandeceu a comunidade educativa. -----

--- Figura ativa no tecido cultural do Algarve, participou em recitais, eventos culturais e em projetos como o “Música nas Igrejas”, promovido pela Academia de Música de Tavira com o apoio

da autarquia. A sua presença, no programa “Verão em Tavira”, nomeadamente, no ciclo Fado no Coreto, ficará para sempre na memória de todos nós. -----

--- Em 2014, fundou, com o também já falecido Miguel Drago, a associação cultural “Fado com História”, em Tavira, um espaço dedicado à divulgação, valorização e preservação do fado, Património Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO, com atuações regulares ao vivo. -----

--- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 18 de junho de 2026, delibera: ---

--- 1. Aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de Virgílio Lança. -----

--- 2. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta à família enlutada e à direção da associação cultural “Fado com História”, apresentando-lhes as mais sentidas condolências do Município de Tavira. -----

--- Voto de pesar conjunto apresentado pelos grupos municipais do PS, PSD e CHEGA na Assembleia Municipal de Tavira.» -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Pesar pelo falecimento de Virgílio Lança a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. O original encontra-se em anexo à presente ata como documento número seis (6). -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal passou à Moção - Pela Reabertura do Polo da Companhia de Sapadores Bombeiros de Tavira em Cachopo e pela Atribuição de uma Ambulância, apresentada pelo PSD, pedindo à Líder de Bancada que informasse quem ia proceder à sua apresentação. -----

--- A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco informou que seria a Deputada Municipal Natércia Joaquim. -----

--- A Deputada Municipal Natércia Joaquim cumprimentou todos e procedeu à leitura: -----

--- «Moção - Pela Reabertura do Polo da Companhia de Sapadores Bombeiros de Tavira em Cachopo e pela Atribuição de uma Ambulância -----

--- A população de Cachopo, situada no coração da Serra do Caldeirão, enfrenta diariamente desafios acrescidos no acesso a serviços essenciais, nomeadamente no que diz respeito à resposta de emergência, socorro e transporte de doentes. A distância significativa aos meios de socorro mais próximos coloca em risco a segurança, a saúde e a tranquilidade de residentes, visitantes e trabalhadores. -----

--- Considerando que: -----

--- O antigo Pólo da Companhia de Sapadores Bombeiros de Tavira em Cachopo desempenhou, durante anos, um papel fundamental na proteção civil da freguesia e das aldeias circundantes; ---

--- A ausência de um meio de emergência permanente na freguesia aumenta tempos de resposta, reduz a eficácia das operações de socorro e compromete a resiliência do território; -----



--- A Serra do Caldeirão apresenta características geográficas, climatéricas e demográficas que exigem uma presença operacional de proximidade; -----

--- A reabertura do Pólo, acompanhada da colocação de uma ambulância devidamente equipada e operacional, representa um investimento direto na segurança das populações e na coesão territorial do concelho de Tavira.-----

--- Pelo exposto, a assembleia municipal de Tavira reunida, a 18 de junho de 2026, delibera: -----

--- Recomendar à Câmara Municipal de Tavira, ao Serviço Municipal de Proteção Civil e à Companhia de Sapadores Bombeiros de Tavira que procedam à reabertura do Pólo da Companhia de Sapadores Bombeiros de Tavira em Cachopo, garantindo instalações funcionais e adequadas ao serviço;-----

--- Solicitar uma ambulância em permanência, assegurando meios humanos e técnicos para resposta imediata a emergências médicas, incêndios rurais e outras ocorrências; -----

--- Reforçar a articulação com a Junta de Freguesia de Cachopo, promovendo um modelo de proximidade que valorize a segurança, a prevenção e o apoio às populações; -----

--- Reconhecer a urgência desta medida, tendo em conta o isolamento geográfico, o envelhecimento populacional e o aumento de visitantes na região.» -----

--- O **Deputado Municipal David Martins** disse que relativamente àquela moção, gostaria apenas, em nome da sua bancada, de dar nota do voto favorável à proposta. Como tinham tido oportunidade de manifestar na última reunião da Assembleia Municipal, preocupavam-se, de facto, com o interior e com as pessoas que ali viviam. Naturalmente, trabalhavam e, designadamente, o Executivo Municipal trabalhava diariamente para criar melhores condições de segurança, de educação e de vida para todas as pessoas que viviam no município, nomeadamente no interior.-----

--- Ainda se recordava e bastava verificar nas redes sociais que, naquele mesmo dia, tinha sido dada nota pública de que tinham novos colaboradores, traduzindo-se num reforço de pessoal para o exercício de funções no Centro de Meios Aéreos de Cachopo. Trata-se de um expressivo e relevante investimento por parte do Executivo do Município naquela Freguesia, exatamente no sentido da Proteção Civil e de criar melhores condições. Portanto, iriam votar favoravelmente. ----

--- Não obstante, referiu que importava salientar que tanto o Executivo Municipal como o Município, a corporação de Bombeiros e a Proteção Civil tinham pela frente um trabalho exigente do ponto de vista do enquadramento operacional, o qual exigia uma atenção redobrada. Acrescentou que não bastava solicitar ambulâncias, sendo igualmente necessário assegurar a disponibilidade de médicos e enfermeiros. Considerava que a realidade vinha demonstrando, infelizmente, uma diminuição progressiva do número de profissionais de saúde. Gostava e



respeitava-os muito, até porque, de facto, a própria Deputada Municipal Natércia Joaquim era, honrosamente e muito profissionalmente, uma excelente médica, sabendo daquela situação melhor que ninguém. Portanto, não bastava apenas terem o meio e a ambulância, sendo necessários profissionais para socorrerem, pois, caso contrário, tornava-se algo conflituoso, ou pelo menos impercetível e ilógico, terem o meio e não terem os recursos, ficando o mesmo parado, o que, isso sim, seria ridículo.-----

--- Considerava que tinham de ter aquela preocupação e que o Governo também tinha ali um grande papel. A Câmara Municipal tinha de protocolar, certamente com o INEM, a garantia dos recursos humanos e as equipas necessárias para o serviço de socorro. -----

--- Considerava ser indesmentível, e queria destacar, o enorme esforço que o Município tinha vindo a fazer, designadamente a Câmara Municipal e a sua Presidente, cujo empenho se mantinha focado e consciente daquela necessidade no interior do concelho. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou Moção - Pela Reabertura do Polo da Companhia de Sapadores Bombeiros de Tavira em Cachopo e pela Atribuição de uma Ambulância a votação, que foi aprovado por unanimidade.** -----

--- **A Moção encontra-se em anexo à presente ata como documento número sete (7).** -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou à Moção - Pela execução de um passadiço pedonal de atravessamento da Ria Formosa para acesso público à Ilha de Cabanas, apresentada pelo PSD.**-----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** informou que seria a Deputada Municipal Sónia Tomás a proceder à apresentação daquela Moção.-----

--- **A Deputada Municipal Sónia Tomás** cumprimentou todos e procedeu à leitura:-----

--- *«Moção - Pela execução de um passadiço pedonal de atravessamento da Ria Formosa para acesso público à Ilha de Cabanas -----*

--- *Os deputados municipais eleitos pelo PSD apresentam para apreciação e votação, a presente moção em defesa da execução de um passadiço pedonal de atravessamento da Ria Formosa para acesso público à Ilha de Cabanas, como solução de interesse público local, socialmente mais justa e juridicamente mais consistente do que o atual modelo de acesso exclusivo por travessia marítima.*-----

--- *Considerando que:*-----

--- *a Informação n.º 1/00352/AOT/26 da IGAMAOT concluiu que a travessia marítima entre Cabanas e a Ilha de Cabanas não se encontra sujeita ao regime do POOCVMVRSa, por ocorrer em área sob jurisdição portuária, atualmente afeta à Docapesca, ficando assim comprometido o*



fundamento central que tem servido de suporte ao parecer negativo da APA relativamente à solução pedonal; -----

--- a mesma Informação conclui que a travessia está integralmente abrangida pelo POPNRF e que, desenvolvendo-se fora dos canais de navegação definidos, apenas pode ter enquadramento legal ao abrigo da alínea a) do n.º 5 do artigo 44.º do respetivo Regulamento, dependendo de autorização prévia do ICNF e de compatibilidade com os valores naturais em presença; -----

--- a IGAMAOT afirma que o ICNF não demonstrou ter emitido essas autorizações para a atual atividade de transporte marítimo de passageiros e que as licenças históricas anteriores a 2009 são juridicamente insuficientes para afastar o regime instituído pelo POPNRF; -----

--- a IGAMAOT conclui também que não existe plano de gestão para esta área lagunar, apesar de decorridos mais de 16 anos sobre a entrada em vigor do POPNRF, situação que traduz ausência de regulação, de monitorização e de gestão ativa numa zona ambientalmente sensível da Ria Formosa; -----

--- a mesma Informação regista que o ICNF admitiu, em tese, o enquadramento do chamado Traçado 1 no artigo 20.º, n.º 1, alínea b), do POPNRF, relativo a equipamentos públicos de utilização coletiva e passadiços em construção ligeira, devendo a decisão final ser precedida da avaliação ambiental legalmente exigível; -----

--- a exposição subsequente apresentada pelo Movimento Cívico sustenta que o passadiço pedonal constitui uma alternativa de mobilidade pública, segura, inclusiva e ambientalmente mais favorável, propondo a substituição progressiva do modelo de exclusividade de travessia marítima por uma solução pedonal compatível com a proteção da zona lagunar. -----

--- Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 18 de junho de 2026, delibera: -----

--- 1. Recomendar à Câmara Municipal de Tavira que assuma como prioridade política e administrativa a execução de um passadiço pedonal de atravessamento da Ria Formosa para acesso público à Ilha de Cabanas, como infraestrutura de interesse público local e de acessibilidade universal. -----

--- 2. Defender, junto do Governo, do Ministério do Ambiente e Energia, do ICNF, da APA e das demais entidades competentes, a viabilização do passadiço pedonal como solução de acesso permanente à ilha, em substituição progressiva do atual modelo de exclusividade de travessia marítima. -----

--- 3. Afirmar que o parecer negativo anteriormente invocado pela APA não pode continuar a servir como fundamento bastante para recusar politicamente a solução pedonal, uma vez que a IGAMAOT concluiu pela inaplicabilidade do POOC-VMVRSa à área em causa. -----

--- 4. Solicitar que a concretização do passadiço pedonal seja acompanhada pela elaboração urgente do plano de gestão da zona lagunar de Cabanas e por medidas de reorganização do modelo de acesso à ilha, com redução progressiva da pressão motorizada sobre o ecossistema. ---

--- 5. Determinar que, após aprovação, a presente moção seja remetida à Senhora Ministra do Ambiente e Energia, ao Senhor Secretário de Estado do Ambiente, ao ICNF, à APA, à Câmara Municipal de Tavira, à Assembleia de Freguesia de Cabanas de Tavira, à Capitania do Porto de Tavira, à Docapesca e aos órgãos locais, regionais e nacionais de Comunicação Social.»-----

--- O Deputado Municipal David Martins disse que relativamente à moção apresentada pelo PSD, o PS ia votar favoravelmente uma vez que a sua bancada sempre se tinha posicionado do lado da resolução do problema, pretendendo participar ativamente na busca de uma solução.-----

--- Alertou, contudo, para a necessidade imperiosa de respeitar as regras, as leis e os pareceres técnicos aplicáveis, que não eram de somenos, que não podiam ignorar ou violar, que, naturalmente não competia a qualquer Órgão Municipal, fosse Deliberativo ou Executivo. Defendeu que o Município tinha o dever de cumprir a legalidade, não podendo ser sugerido que se ignorassem a existência de pareceres negativos. Apelou a que se verificasse a situação existente com seriedade, por forma a encontrar as melhores soluções possíveis para alcançarem o desfecho ambicionado.-----

--- Recordou que uma das propostas para a concretização do projeto era pugnar junto das entidades competentes pela superação das condicionantes que inviabilizavam a construção do acesso pedonal à praia de Cabanas. Mencionou que a Presidente da Câmara Municipal já tinha dado várias notas públicas na imprensa, durante a campanha eleitoral e diretamente aos eleitores, o que demonstrava que havia aquele empenho. Reiterou a importância de defenderem soluções sustentáveis do ponto de vista ambiental e juridicamente aceitáveis.-----

--- Manifestou ainda a discordância relativamente ao teor do ponto número três (3) da moção: "Afirmando que o parecer negativo anteriormente invocado pela APA não pode continuar a servir como fundamento...", com o que claramente não podiam concordar. -----

--- Iriam votar favoravelmente, mas sugeria a eliminação do referido parágrafo, por considerar que não podiam dizer que ignoravam os pareceres emitidos pela APA. Desafiou os proponentes da moção a utilizarem a influência política de que dispunham junto do Governo para sensibilizar os respetivos organismos tutelados, visando a alteração de pareceres e o bom desfecho do processo, o que considerava ser de interesse geral. -----

--- Acrescentou que a vertente legal, de licenciamento e financiamento da obra também eram relevantes, sendo importante que existisse financiamento. Reconheceu que o Executivo Municipal envidaria todos os esforços naquele sentido, não obstante todo o esforço que tinha vindo a fazer

nas áreas da habitação, da educação e outras que eram prioridades muito exigentes. Certamente que pretendia encontrar financiamento para aquele projeto a menos que grupo parlamentar do PSD local sensibilizasse o Governo para garantir uma solução financeira que viabilizasse o mesmo.

--- Tratava-se de um projeto que certamente a Deputada Municipal Sónia Tomás considerava ter impactos positivos para o setor do turismo, para o desenvolvimento do concelho e para a sustentabilidade.-----

--- Concluiu reafirmando o compromisso da bancada do PS e, certamente, do Executivo Municipal na defesa da solução, pautando-se sempre pelos princípios da coerência e da responsabilidade institucional que deviam guiar os membros daquela Assembleia Municipal. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a Moção Pela execução de um passadiço pedonal de atravessamento da Ria Formosa para acesso público à Ilha de Cabanas, que foi aprovada por unanimidade.**-----

--- **A Moção encontra-se em anexo à presente ata como documento número oito (8).**-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou à Moção de Recomendação apresentada pelo Chega.**-----

--- **O Deputado Municipal Gonçalo Santos** começou por saudar o Presidente da Assembleia Municipal, a Presidente da Câmara Municipal, os restantes membros do Executivo e da Mesa, os deputados municipais, os presidentes de junta e o público presente. Agradeceu aos funcionários de apoio aos trabalhos da Assembleia Municipal e aos munícipes que acompanhavam a transmissão da sessão. -----

--- Informou que era a Deputada Municipal Emília Justo que ia fazer a apresentação da Moção.----

--- **A Deputada Municipal Emília Justo** cumprimentou todos e procedeu à leitura: -----

--- *«Moção de Recomendação»*-----

--- *A Assembleia Municipal de Tavira tem por missão assegurar um debate útil, plural e eficiente sobre os assuntos de interesse municipal, promovendo o bom funcionamento dos seus trabalhos e a adequada gestão do tempo disponível em cada sessão.* -----

--- *Considerando que, com frequência, os grupos municipais com assento nesta Assembleia apresentam, em simultâneo ou em momentos próximos, moções, votos de louvor, votos de pesar, votos de saudação ou outras tomadas de posição incidindo sobre a mesma pessoa, o mesmo facto ou a mesma ocorrência;*-----

--- *Considerando que, sendo tais iniciativas materialmente coincidentes ou substancialmente idênticas, a respetiva apreciação e votação separada tende a gerar repetição de intervenções, duplicação de procedimentos e um consumo de tempo desnecessário no período de Antes da Ordem do Dia;* -----

--- Considerando que o Regimento da Assembleia Municipal de Tavira confere à Mesa competências de encaminhamento das iniciativas, elaboração da ordem do dia e redação final das deliberações, cabendo ainda ao Presidente assegurar o regular funcionamento dos trabalhos da Assembleia Municipal;-----

--- Considerando que a preservação do pluralismo político não exige a multiplicação de textos autónomos quando exista convergência de propósito e de objeto, podendo essa posição comum ficar salvaguardada através de um texto conjunto, subscrito ou assumido pelos diferentes grupos municipais;-----

--- A Assembleia Municipal de Tavira, reunida em sessão ordinária de 18 de junho de 2026, delibera recomendar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que:-----

--- Sempre que sejam apresentadas moções, votos de louvor, votos de pesar, votos de saudação, votos de protesto ou outros textos de natureza política ou institucional que incidam sobre a mesma pessoa, o mesmo facto ou a mesma factualidade, promova, com o apoio da Mesa e em articulação com os respetivos proponentes, a sua harmonização num texto único.-----

--- Esse texto único salguarde, sempre que possível, os contributos essenciais de cada grupo municipal proponente, permitindo uma leitura, discussão e votação únicas na sessão da Assembleia Municipal.-----

--- O documento final possa ser subscrito, apresentado ou politicamente assumido por todos os grupos municipais que nele se revejam, reforçando a dignidade institucional da Assembleia Municipal e evitando redundâncias procedimentais.-----

--- Em casos excepcionais, quando não seja possível alcançar consenso quanto à redação final ou quanto ao sentido político do texto, se mantenha naturalmente o direito de cada grupo municipal apresentar autonomamente a sua iniciativa, nos termos regimentais aplicáveis.»-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que o documento em análise configurava uma recomendação dirigida à própria Mesa, concretamente ao seu Presidente, dado constar: “A Assembleia Municipal de Tavira delibera recomendar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal...”-----

--- Congratulou os grupos municipais pelo excelente funcionamento demonstrado na presente sessão, exemplificando com o consenso alcançado em torno de dois (2) votos de pesar e um (1) voto de congratulação, manifestando a convicção de que as bancadas se encontravam alinhadas para agir de forma idêntica em situações futuras. Contudo, advertiu que não competia ao Presidente da Mesa gerir de forma diferenciada a receção simultânea de votos, moções ou outras propostas, uma vez que a Mesa recebia os referidos documentos exatamente no mesmo momento em que os líderes de bancada e os restantes deputados municipais eram notificados.



Invocou o artigo vigésimo sétimo (27.º) do Regimento da Assembleia Municipal no que se referia aos prazos de entrega de propostas, relembrando que deviam de ser submetidas por via eletrónica até às quinze (15:00) horas do segundo (2.º) dia útil anterior à sessão com “Período Antes da Ordem do Dia”, devendo a sua distribuição aos representantes dos grupos municipais ocorrer até às dezoito (18:00) horas daquele mesmo dia. Nesse sentido, o Presidente da Assembleia Municipal formulou, por sua vez, uma recomendação aos grupos parlamentares.-----

--- Sustentou que, estando todos os grupos na posse prévia das propostas remetidas à Assembleia Municipal, dispunham de tempo útil para se articularem e concertarem posições, à semelhança do procedimento adotado na preparação daquela mesma sessão relativamente aos votos de pesar e de congratulação. -----

--- Concluiu que o Presidente e a Mesa da Assembleia Municipal acolhiam favoravelmente as propostas concertadas dos grupos municipais sempre que o entendessem, tal como constava do preâmbulo da recomendação em apreço. -----

--- **O Deputado Municipal David Martins** começou por subscrever integralmente as declarações do Presidente da Assembleia Municipal que tinha considerado como claras e objetivas, defendendo a total liberdade de cada grupo parlamentar para apresentar as iniciativas que considerassem convenientes, no enquadramento e no momento que entendessem adequados. ---

--- Manifestou preocupação perante a possibilidade de virem a ser criadas imposições regimentais que limitassem a apresentação das matérias que os grupos municipais entendessem submeter, inclusivamente no que respeitava à respetiva abrangência, conforme anteriormente referido. -----

--- Acrescentou que, caso passassem a existir votos de protesto conjuntos por imposição, tal situação seria particularmente difícil para a sua bancada, uma vez que a apresentação de um voto de protesto pressupunha a existência de uma situação com a qual não podiam concordar ou anuir, razão pela qual manifestava a sua discordância relativamente à proposta apresentada. -----

--- Referiu que a recomendação visava reforçar o diálogo entre os grupos municipais, à semelhança do que acontecera na preparação daquela sessão. Deu como exemplo a Deputada Municipal Ana Rita Pacheco e ele próprio, que haviam estabelecido contactos com o Grupo Municipal do CH no sentido de consensualizarem votos conjuntos para a presente sessão, tal como já ocorrera em ocasiões anteriores. Considerou que essa prática deveria continuar a ser promovida de forma livre e espontânea, valorizando as pessoas e entidades que se pretendia distinguir. -----

--- Concluiu afirmando que apenas deveriam proceder daquela forma de modo livre e voluntário, sem imposições regimentais. Considerou que existia mais do que um partido político e diferentes



formas de pensar, razão pela qual não concordavam com aquela perspetiva. Acrescentou que iriam votar contra a proposta por uma questão de transparência e coerência, subscrevendo, naturalmente, as palavras proferidas pelo Presidente da Assembleia Municipal.-----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** manifestou a total concordância com as declarações do Presidente da Assembleia Municipal e defendeu que o funcionamento da Assembleia Municipal se encontrava devidamente salvaguardado pelo Regimento em vigor e pela atuação dos líderes das bancadas, sublinhando que lhes competia a iniciativa de promover o diálogo direto entre as diferentes forças políticas. -----

--- A título de exemplo, partilhou ter contactado previamente o Presidente da Assembleia Municipal e, em seguida, os líderes de bancada do PS e CH para a apresentação de um voto conjunto na presente Sessão.-----

--- Acrescentou que havia a necessidade de respeitar escrupulosamente os prazos e os horários estabelecidos para a submissão dos documentos pelo que não iriam formular os votos conjuntos de forma precipitada após a entrada das propostas. -----

--- Terminou dizendo que aquele não era o modo de funcionarem e, existindo o líder de bancada, teria de tomar a iniciativa e dialogar com as restantes bancadas.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a Moção de Recomendação, que foi reprovada com vinte e quatro (24) votos contra dos deputados municipais Arménio Viegas, Carlos Sousa, David Martins, José Graça, José Manuel Guerreiro, José Vitorino Pereira, Jovita Ladeira, Maria Manuela Romão, Nuno Diogo, Nuno Mateus, Patrícia Lima, Sérgio Pereira, Sofia Gomes, Tiago Caetano, Ana Rita Pacheco, Artur Gomes, Carlos Carvalho, Elsa Ribeiro, João Mendonça, Natércia Joaquim, Rafael Dias, Rui Horta, Sónia Tomás e Viriato Jesus, três (3) votos a favor dos deputados municipais Anaísa Gonçalves, Emília Justo e Gonçalo Santos e uma (1) abstenção do Deputado Municipal Hélder Conceição.**-----

--- **A Moção de Recomendação encontra-se em anexo à presente ata como documento número nove (9).**-----

--- **O Deputado Municipal Carlos Baptista não votou por se encontrar ausente da sala.** -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou à Moção de Censura apresentada pelo Chega questionando o Líder de Bancada, Deputado Municipal Gonçalo Santos, sobre quem iria proceder à sua apresentação.**-----

--- **O Deputado Municipal Gonçalo Santos** referiu que seria a Deputada Municipal Anaísa Gonçalves. -----

--- **A Deputada Municipal Anaísa Gonçalves** saudou todos e procedeu à leitura da Moção:-----

--- *«Moção de Censura* -----



--- A Assembleia Municipal de Tavira, reunida em sessão ordinária no dia 18 de junho de 2026, vem, ao abrigo das suas competências e no respeito pelos princípios democráticos que regem o funcionamento dos órgãos autárquicos, deliberar sobre o comportamento adotado pela bancada municipal do Partido Social Democrata (PSD) na última sessão deste órgão. -----

--- Considerando que:-----

--- A Assembleia Municipal constitui o principal órgão deliberativo do município, devendo pautar-se por elevados padrões de responsabilidade, respeito institucional e cumprimento das normas regimentais; -----

--- O Regimento da Assembleia Municipal de Tavira estabelece regras claras quanto ao funcionamento das sessões, incluindo a sua abertura e encerramento, sob direção do respetivo Presidente;-----

--- Na última sessão da Assembleia Municipal (22 de abril de 2026), a bancada do PSD abandonou a sala antes de o Senhor Presidente da Assembleia declarar formalmente encerrados os trabalhos;

--- Tal conduta configura uma quebra do respeito institucional devido ao órgão, ao seu Presidente e aos restantes membros eleitos, bem como aos cidadãos que democraticamente os elegeram; ----

--- Este comportamento representa ainda um desrespeito pelas regras regimentais em vigor, colocando em causa a dignidade e o regular funcionamento dos trabalhos da Assembleia. -----

--- Pelo exposto a Assembleia Municipal de Tavira delibera: -----

--- Censurar e repudiar o comportamento da bancada municipal do PSD, por o considerar indigno, desrespeitoso e contrário às normas regimentais e aos princípios democráticos que devem orientar a atuação dos eleitos locais; -----

--- Reafirmar a importância do cumprimento rigoroso do Regimento da Assembleia Municipal, bem como do respeito institucional entre todos os seus membros; -----

--- Dar conhecimento da presente moção aos órgãos locais do PSD, bem como proceder à sua divulgação pública.»-----

--- O **Deputado Municipal Artur Gomes** saudou o Presidente da Assembleia Municipal, os membros da Mesa, os deputados municipais, o Executivo Camarário e o público presente e remoto. -----

--- Começou por manifestar a sua surpresa perante a discussão daquela moção, não pelo facto de o CH ter decidido criticar o PSD, o que considerava fazer parte do normal funcionamento da democracia, uma vez que todos tinham o direito de discordar entre si, mas por estarem a discutir uma iniciativa que, no seu entendimento, enfermava de um vício de forma. Invocando o artigo 23.º, n.º 2, alínea j), do Regimento da Assembleia Municipal, esclareceu que este previa expressamente a possibilidade de apresentação de moções de censura à Câmara Municipal, e não



a grupos municipais ou a deputados municipais. Referiu ainda que a figura da moção de censura nem sequer se encontrava consagrada na Lei n.º 75/2013, que estabelecia o regime jurídico das autarquias locais e aprovava o respetivo estatuto das entidades intermunicipais, acrescentando que, ao contrário do que sucede com o Governo da República nos termos da Constituição da República Portuguesa, este instrumento não determinava a demissão automática dos executivos municipais.-----

--- Sustentou que, se a intenção do grupo parlamentar do CH era manifestar um juízo político sobre o PSD, tinha vários instrumentos à sua disposição como voto de protesto ou de repúdio. O que não podiam, era usar uma figura que se destinava a censurar o Executivo e aplicá-la a uma bancada partidária.-----

--- Dirigindo-se ao Presidente da Assembleia Municipal, afirmou que lhe competia zelar pela legalidade dos trabalhos e garantir o cumprimento do Regimento, razão pela qual considerava incompreensível a admissão daquela moção. Acrescentou que o próprio Regimento definia de forma clara quais as entidades que podiam ser alvo daquele tipo de iniciativas, não se incluindo entre elas os grupos municipais ou os deputados municipais. -----

--- Outro aspeto que não pretendia deixar de abordar e todos tinham estado presentes na Sessão anterior, todos sabiam que a discussão e votação dos pontos da Ordem do Dia já tinha terminado, tendo, inclusivamente o Presidente da Assembleia Municipal referido o final das intervenções. Apesar disso tinha sido concedida a palavra à Presidente da Câmara Municipal para uma intervenção que já não correspondia às situações previstas no artigo quadragésimo quatro (44.º) do Regimento que estipulava que a Câmara Municipal podia usar da palavra durante a Ordem do Dia para apresentação das propostas, responder a perguntas ou invocar o Regimento, sendo que em reação àquela intervenção, a bancada do PSD tinha requerido o uso da palavra para defesa da honra, cujo direito estava consagrado no artigo vigésimo terceiro (23.º) e regulado no artigo quadragésimo oitavo (48.º) do Regimento, lamentando que o exercício daquele direito tivesse sido inicialmente colocado em causa, acabando por ser exercido posteriormente.-----

--- Referiu que a Presidente da Câmara Municipal optara por não responder, o que constituía um direito que lhe assistia. No entanto, salientou que o Regimento não previa que uma terceira bancada interviesse em nome de quem decidira não responder, considerando que foi precisamente nesse momento que o incidente deixara de constituir uma defesa da honra para se transformar num debate político, que reputava de completamente desnecessário após o encerramento da Ordem do Dia.-----

--- Afirmou que fora perante aquela forma de condução dos trabalhos que a bancada do PSD decidira abandonar a sala em sinal de protesto, uma atitude que considerava legítima, ainda que



pudesse suscitar concordância ou discordância. Sustentou, contudo, que já não era legítimo procurar transformar esse ato numa falta institucional, sobretudo quando os proponentes da iniciativa haviam adotado comportamento idêntico em circunstâncias anteriores. Referiu, a esse propósito, que o Grupo Parlamentar do CH abandonara o plenário da Assembleia da República, em vinte e um de julho de dois mil e vinte e dois (21/07/2022), em protesto contra o Presidente da Assembleia da República, decisão que fora publicamente assumida pelo próprio líder do partido como uma opção ponderada. Acrescentou que, no caso em apreço, tal não sucedera, porquanto a saída da bancada do PSD constituía uma reação às circunstâncias verificadas no decurso dos trabalhos. -----

--- No dia três de outubro de dois mil e vinte e três (03/10/2023) tinham voltado a abandonar o plenário, em protesto contra o Presidente da Assembleia da República, não sendo aqueles casos únicos da democracia portuguesa. -----

--- Ao longo dos últimos cinquenta (50) anos os deputados PS, Partido Comunista Português (PCP), do Bloco de Esquerda (BE) e outros partidos, em diferentes momentos, tinham utilizado aquele recurso, não participado em votações e abandonado a sessão em sinal de protesto. -----

--- Referiu que se podia gostar mais ou menos daquela forma de protesto, mas que a mesma fazia parte do quotidiano parlamentar. Acrescentou que o que não fazia parte da democracia era utilizar um critério quando se tratava dos próprios e outro quando estava em causa um adversário político. -----

--- Concluiu afirmando que o PSD não fugia ao debate político, mas recusava aceitar lições de coerência de quem adotava determinada conduta e, posteriormente, a censurava quando ocorria em Tavira. Consideravam aquela Moção era formalmente inadequada, politicamente incoerente e fruto de um incidente que podia e devia ter sido evitado pela forma como os trabalhos tinham sido conduzidos. -----

--- **O Deputado Municipal David Martins** relativamente à moção em apreço, informou que a sua bancada optaria pela abstenção. Referiu que consideravam o abandono da sala ocorrido na sessão anterior um ato incorreto, inadequado e desproporcionado, sustentando que esse tipo de conduta não dignificava os órgãos autárquicos, a Mesa, o Executivo, os trabalhadores do Município, nem os munícipes presentes ou aqueles que acompanhavam os trabalhos à distância. -

--- Apelou à assunção de responsabilidades e à maturidade democrática, defendendo que os debates deviam ser conduzidos com elevação, ainda que de forma aguerrida, porque estavam ali todos para lutar pelos interesses dos tavirenses e, portanto, era o que tinham de fazer. -----

--- Referiu que se abstinham por não poderem acompanhar a necessidade que consideravam excessiva de censurar aquela situação, bem como a forma como essa censura era apresentada

pelo CH, a qual entendiam ser exagerada. Naturalmente que não acompanhariam aquele nível de censura formal, tão exigente, e tinha ficado bastante satisfeito pela competência demonstrada pelo Deputado Municipal Artur Gomes, elogiando as suas competências na área do direito e dos normativos regimentais, as quais considerava terem enriquecido o seu conhecimento. -----

--- Concluiu dizendo que o Deputado Municipal Artur Gomes estava cada vez mais efetivo e que, por esse motivo, esperava que, numa próxima ocasião, não abandonassem a sala, utilizando antes os respetivos argumentos para debater as questões entre todos. -----

--- **A Deputada Municipal Anaísa Gonçalves** referiu que pretendia apenas dar nota que a Moção que tinham apresentado se baseava precisamente no artigo vigésimo terceiro (23.º) número dois (2) alínea c) e, na dúvida, deixava o convite ao Presidente da Assembleia Municipal para que pedisse uma opinião à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) sobre o enquadramento jurídico da mesma, se podia, ou não, ser apresentada como o CH a tinha colocado. -----

--- Referiu que pretendia apenas salientar que, mais uma vez, eram abordadas naquela Assembleia Municipal, enquanto assembleia de âmbito local, questões relacionadas com o CH ocorridas em sessões plenárias da Assembleia da República. Recordou que, tal como já havia referido, não lhe tinha parecido correta a situação ocorrida no dia vinte e seis de fevereiro do ano dois mil e vinte e cinco (26/02/2025). -----

--- Referiu que, na sua perspetiva e na dos seus colegas, não existia fundamento para que fossem discutidas, na Assembleia Municipal de Tavira, questões relativas ao que ocorria, ou deixava de ocorrer, nas sessões plenárias da Assembleia da República, independentemente do partido em causa. Acrescentou que os eleitos, representassem ou não um partido político, exerciam um mandato próprio e individual, pelo que intervinham em nome próprio e não em representação de André Ventura. Salientou ainda que se encontravam naquele órgão para defender as suas posições políticas, naturalmente enquadradas pelos princípios e orientações do partido que representavam. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** assinalou que a bancada do CH já havia ultrapassado os seis (6) minutos. -----

--- Não iria replicar a intervenção do Deputado Municipal Artur Gomes, sublinhando apenas para o que tinha alertado no início daquela Sessão, que após a votação dos pontos da Orem do Dia, as intervenções se encontravam estritamente limitadas à apresentação de declarações de voto. -----

--- Assumiu inteira e exclusiva responsabilidade pela condução dos trabalhos e pela concessão da palavra à Presidente da Câmara Municipal. -----

--- Clarificou, àquele propósito, que o Presidente da Junta de Freguesia da Luz de Tavira tinha

solicitado a palavra para apresentar declaração de voto, o que tinha acontecido. Contudo, um segundo presidente de junta, cuja intervenção supunha ser idêntica, tinha reaberto a discussão do ponto já votado, que não tinha discutido antes da votação, conforme estava em ata a submeter a votação. Não lhe tinha cortado a palavra, pelo que a Presidente da Câmara Municipal tinha todo o direito de intervir.-----

--- Conclui reconhecendo não haver moções de censura à Assembleia Municipal.-----

--- Aquela era uma censura a um ato, que ele tinha aceitado, e que iriam votar.-----

--- Terminou dizendo que assistia aos deputados o direito de apresentar reclamação formal, caso em que a Mesa solicitaria o respetivo parecer jurídico.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a Moção de Censura, que foi aprovada por reprovada com dez (10) votos contra dos deputados municipais Ana Rita Pacheco, Artur Gomes, Carlos Carvalho, Elsa Ribeiro, João Mendonça, Natércia Joaquim, Rafael Dias, Rui Horta, Sónia Tomás e Viriato Jesus, dezasseis (16) abstenções dos deputados municipais Arménio Viegas, Carlos Sousa, David Martins, José Graça, José Manuel Guerreiro, José Vitorino Pereira, Jovita Ladeira, Maria Manuela Romão, Nuno Diogo, Nuno Mateus, Patrícia Lima, Sérgio Pereira, Sofia Gomes, Tiago Caetano, Hélder Conceição e Carlos Baptista três (3) votos a favor dos deputados municipais Anaísa Gonçalves, Emília Justo e Gonçalo Santos.** -----

--- **A Moção de Censura encontra-se em anexo à presente ata como documento número dez (10).**-----

--- **Seguiu-se a Ata número três (3) referente à sessão ordinária pública de 22 de abril de 2026, que foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão a que respeitava, nos termos do art.º 34, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 4 de 07/01/2025, conforme listagem em anexo ao presente documento, como número onze (11).** -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco disse pretender colocar uma questão à Presidente da Câmara Municipal de Tavira, no sentido de saber se já tinha sido adotada alguma medida concreta com vista ao registo dos Telheiros de Santa Catarina no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, no âmbito da recomendação apresentada pela Assembleia Municipal na sua sessão realizada no dia trinta de setembro de dois mil e vinte e dois (30/09/2022).**-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal começou por saudar o Presidente e restantes membros da Mesa da Assembleia, os seus colegas do Executivo Municipal, os deputados municipais, os presidentes de junta de freguesia, os funcionários de apoio técnico e administrativo, bem como os munícipes que acompanhavam a sessão a partir das suas habitações.** -----

--- Em resposta à questão formulada, confirmou que o Executivo Municipal já tinha iniciado as diligências necessárias e que se encontrava a trabalhar ativamente no processo de registo.

Informou, a título de exemplo, que tinham sido realizadas visitas de campo e que, na presente data, a Diretora de Departamento Sociocultural tinha participado num seminário sobre património imaterial organizado pela CCDR. Referiu ainda que o assunto estava a ser formalmente acompanhado pela Técnica Municipal Luísa Ricardo.-----

--- Concluiu assegurando que o Executivo Municipal acolhia e dava sempre seguimento às recomendações da Assembleia Municipal quando se revelassem benéficas para o concelho. -----

--- **O Deputado Municipal José Graça** cumprimentou todos os presentes e em casa, e todos os colaboradores do Município que estavam a dar apoio aos trabalhos. -----

--- Assinalou que tinha pedido a palavra aquando da apreciação dos votos de pesar relativos a David Sequeira e Virgílio Lança, com o intuito de efetuar, por via de evocação simples, a manifestação de consternação e pesar pelo trágico falecimento do jornalista Ricardo Claro que tinha dedicado mais de uma década da sua vida profissional à região do Algarve e a Tavira, exercendo as funções de jornalista e editor do jornal Postal do Algarve, cuja sede se localizava na cidade de Tavira. Lembrou o sentimento de consternação que tinha unido a região durante o período subsequente ao seu desaparecimento, referindo as inúmeras ações de busca e solidariedade promovidas por familiares, amigos e cidadãos da sociedade civil até à trágica confirmação do seu homicídio, ocorrido no município de Loulé.-----

--- Assim, pretendiam manifestar ali as mais sentidas condolências à família, a toda a equipa do jornal Postal do Algarve, bem como aos seus colegas de trabalho no Restaurante Well, onde desempenhava as funções de diretor e gestor administrativo. -----

--- **O Deputado Municipal Viriato Jesus** começou por saudar todos os presentes na sala e os munícipes que acompanhavam a transmissão da Sessão.-----

--- Atendendo ao facto de apenas dispor de um (1) minuto, tentaria ser breve.-----

--- Dirigindo-se à Presidente da Câmara Municipal disse que, como sabia estavam a decorrer as maratonas de futsal em todo o concelho, cujo evento desportivo representava uma das principais, se não a maior, fonte de receita financeira para diversos clubes e associações locais, sendo consensual o gosto da comunidade pela sua realização anual. -----

--- Referiu que, sendo do conhecimento público, sempre ocorreram alterações, mas cingiam-se a incidentes menores e controlados entre atletas ou adeptos mais exaltados, não ultrapassando situações como puxões de cabelo, rasgões em vestuário ou derrame de bebidas. Contudo, como a Presidente da Câmara Municipal já devia de ter conhecimento, na maratona de Santa Luzia, tinha-se ultrapassado o que era tradicional, tendo existido episódios de violência aom gravidade superior à habitual, os quais causaram grande preocupação entre os presentes, geraram momentos de pânico e levaram várias pessoas a abandonar o local, tendo-se verificado



igualmente situações de crianças em estado de medo e choro.-----

--- Sendo que as licenças e disponibilização do espaço era da responsabilidade do Município, questionava se já tinham tomado medidas, se agiriam de modo que as pessoas pudessem ir às maratonas em segurança como acontecia anteriormente, embora fosse expectável a ocorrência de algumas picardias associadas a este tipo de eventos, estas eram normalmente pontuais e controladas, não correspondendo aos episódios de maior violência que, segundo referiu, se vinham registando nos últimos anos.-----

--- Podia partilhar um relato do que tinha assistido no ano transato nas instalações do Clube "Os Sonâmbulos", onde de manhã cedo não tinha conseguido ver o jogo que pretendia porque se tinha deparado com um cidadão agredido numa valeta, sem socorro, ferido num olho, sendo o que cada vez mais ia acontecendo, evidenciando a falta de segurança naqueles recintos.-----

--- Terminou reiterando a questão, se o Município já tinha, ou ia tomar medidas, se tinha algo preparado para que todos pudessem frequentar aqueles espaços, as maratonas, com a segurança que tinham tido em outros tempos.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que havia a necessidade de separar aquele tema em duas (2) questões.-----

--- A Câmara Municipal autorizava os eventos e cumpria a legislação do que era um recinto improvisado, que era o caso, em que, eventualmente, era alertada a questão do ruído.-----

--- No que respeitava à segurança dos recintos, cabia às entidades organizadoras prever e acautelar a necessidade de policiamento, sugerindo a contratação de serviços gratificados junto da Guarda Nacional Republicana (GNR) ou da Polícia de Segurança Pública (PSP), consoante a respetiva área de jurisdição territorial, como a Câmara Municipal fazia quando organizava eventos, pagando aqueles gratificados. Divergiu de que os torneios de futsal constituíssem focos de perturbação acrescidos face a outras iniciativas, constatando que presentemente existia um aumento de episódios de violência completamente gratuita.-----

--- Era um problema que existia em cada uma das pessoas, que tinha sido o que tinha acontecido recentemente em Santa Luzia, e que ninguém podia prever, que comesse a haver agressões físicas no interior do próprio terreno de jogo de forma imprevisível, e mesmo que existisse segurança, gratificados pagos por quem tinha organizado, não estariam dentro do campo. Conforme as imagens que tinha visto, tinha sido algo completamente gratuito. Estava a falar de Santa Luzia mas era extensivo a qualquer outra organização.-----

--- Acrescentou que a Câmara Municipal de Tavira cumpria a legislação que estava cada vez mais restrita sendo acusados de serem demasiado exigentes, porque exigiam o seguro, normas de segurança e planos de evacuação. Reiterou que, sempre que o Município assumia a organização



direta de eventos de maior risco, como as festividades de São João, procedia à contratação direta de policiamento gratificado. -----

--- Concluiu sugerindo que as entidades organizadoras de eventos também deviam de tomar igual iniciativa. Quanto ao facto de terem mais custos, podiam solicitar apoio financeiro ao Município que, havendo possibilidade apoiariam, não apoiando se não fosse possível. -----

--- **O Deputado Municipal Viriato Jesus** esclareceu que a sua intervenção não tinha o intuito de imputar responsabilidades ou culpar o Município pelos incidentes ocorridos. Sublinhou que pretendia apenas chamar à atenção para a gravidade dos factos. -----

--- A questão que colocava diretamente era se o Município antes da emissão das respetivas licenças podia exigir às entidades organizadoras de eventos, com histórico de incidentes, a contratação de policiamento gratificado. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que não podia exigir. -----

--- **O Deputado Municipal Hélder Conceição, Presidente da Junta de Freguesia da Conceição de Tavira**, começou por saudar o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, os secretários, a Presidente e vereadores do Executivo Municipal, os presidentes de junta de freguesia, bem como o público presente na sala e os munícipes que acompanhavam a sessão por via digital. -----

--- Disse que pretendia expor duas preocupações. A primeira incidia sobre a Freguesia da Conceição de Tavira, especificamente no nó de ligação da Rua 25 de Abril, nomeadamente o acesso à rotunda e no acesso nascente à EN125, pois tornava-se difícil sair daquela localidade. Alertou que, devido ao fator sazonal, se registava um aumento substancial de tráfego rodoviário decorrente do fluxo de veículos provenientes da vila de Cabanas em direção à EN125, bem como dos automobilistas que utilizavam o entroncamento de acesso para mudar de direção no sentido Vila Real de Santo António – Tavira, tornando a fluidez de trânsito extremamente complexa. -----

--- A sua segunda preocupação, que estava convicto de ser partilhada por todos os membros, naturalmente no Sotavento algarvio, com especial incidência onde cruzava a Freguesia de Conceição de Tavira, mas não apenas naquele local, estava relacionada com os cruzamentos e entroncamentos existentes que eram consideravelmente “*pontos negros*”. Referia-se, e todos conheciam, à Ladeira da Calçadinha, à descida, que era uma interseção extremamente perigosa onde o limite de velocidade era de noventa (90) quilómetros por hora. -----

--- Acrescentou que mais à frente no sentido Tavira – Vila Real de Santo António, o limite de velocidade era reduzido para cinquenta (50) quilómetros por hora na aproximação à rotunda, voltando a subir para noventa (90) quilómetros por hora no troço que compreendia as interseções para a Cumeada e Alvisquer. Sublinhou a extrema vulnerabilidade daquelas zonas, onde existia Turismo Rural e manobras de viragem à esquerda efetuadas por profissionais da atividade



agrícola. Assinalou ainda a localidade de Caiana como outro ponto crítico e perigoso onde se mantinha o limite de noventa (90) quilómetros por hora. -----

--- Apresentava como sugestão que, na proximidade da Conceição de Tavira para a EN125 cuja velocidade permitida era de setenta (70) quilómetros hora, fosse reduzida para cinquenta (50) quilómetros por hora, e que os limites máximos de noventa (90) quilómetros por hora nas restantes interseções críticas fossem fixados em setenta (70) quilómetros por hora. Advertiu ainda que, no quadro legal atual, circular a cento e vinte (120) quilómetros por hora naquelas zonas constituía apenas uma contraordenação leve para veículos ligeiros. Concluiu sustentando que o combate eficaz à sinistralidade rodoviária na EN125 exigia uma intervenção célere ao nível da sinalização e um reforço da presença e fiscalização por parte das autoridades. -----

--- **O Deputado Municipal Carlos Baptista, Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas de Tavira,** começou por saudar o Presidente da Assembleia Municipal e os restantes membros da Mesa, a Presidente da Câmara Municipal e a respetiva equipa de vereadores, os deputados municipais, os seus homólogos das juntas de freguesia, bem como o público presente na sala e os munícipes que acompanhavam a transmissão a partir das suas habitações. -----

--- Disse que em mil novecentos e noventa e oito (1998), aquando da tomada de posse do primeiro executivo da Junta de Freguesia de Cabanas, tinham sido brindados com um funcionário, um assistente operacional, como era intitulado atualmente, e uma viatura, um pequeno camião com cabine para seis (6) lugares. Passados cerca de vinte e oito (28) anos o referido colaborador encontrava-se perto de se reformar, mas ainda ia aguentando, o que já não podia dizer relativamente ao veículo que, com vinte e oito (28) anos de idade, após diagnóstico efetuado, tinha revelado absoluta incapacidade para continuar a circular pelo que já não podiam contar com ele. Os dois (2) funcionários que a Junta de Freguesia dispunha, viam-se constrangidos por ter de utilizar uma carrinha de nove (9) lugares, na qual, apesar de ter vinte e quatro (24) anos, era efetuado o transporte de utentes e doentes para o Centro de Saúde de Tavira. Destacou que aquela deslocação tinha passado a ser efetuada para a sede do concelho devido ao encerramento temporário da Extensão de Saúde de Cabanas e Conceição, que se encontra em obras de requalificação, o que era um bom motivo. Todavia, juntamente com os utentes, doentes, viajavam as ferramentas e os baldes de limpeza de que os funcionários necessitavam para realizar o seu trabalho. -----

--- Aditou que possuíam ainda uma viatura, quatro por quatro (4x4) da marca Nissan, com dez (10) anos de idade, que, por não se adequar às necessidades reais da Freguesia, tinham-na colocado à venda. Após a conclusão de um complexo processo burocrático de reversão patrimonial da União de Freguesias para a atual Junta de Freguesia de Cabanas de Tavira, o

veículo tinha sido colocado à venda em hasta pública, com o objetivo de angariar fundos para a aquisição de viaturas adequados, de que bastante necessitavam.-----

--- Acrescentou que tinha de o dizer e esperava que a Câmara Municipal o tivesse em conta porque nenhuma junta de freguesia conseguia desenvolver o seu trabalho sem uma viatura, principalmente para o desenvolvimento do trabalho dos assistentes operacionais. Relembrou que o impedimento do trabalho local prejudicava o desenvolvimento da Freguesia e, por conseguinte, do próprio concelho, cujo progresso resultava do somatório do desenvolvimento de todas as suas freguesias. -----

--- Concluiu manifestando a esperança de que, no futuro, pudessem dizer ali que tinham viaturas, mesmo que não fossem novas, ao que já estavam habituados, mas que garantisse a autonomia dos seus serviços. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que relativamente à Rua 25 de Abril, estava sinalizada para uma intervenção prioritária. Iriam tentar efetuar uma pavimentação e, posteriormente, haveria uma intervenção ao nível das redes de águas pluviais e da rede elétrica. Contudo, tinham identificada uma necessidade urgente de "SOS" para uma pequena pavimentação de recurso, tal como também tinham em Tavira para a Rua de São Pedro e para a Rua Jacques Pessoa cujas intervenções pensava, seriam ainda concluídas no decurso do corrente ano. -----

--- Relativamente às questões suscitadas pelo Presidente da Junta de Freguesia da Conceição de Tavira acerca da EN125, referiu que aquela via carecia de uma requalificação estrutural. Considerou urgente que o Governo resolvesse o diferendo existente com a entidade concessionária e promovesse a necessária intervenção naquela estrada, à semelhança do que sucedera com a variante de Olhão, para a qual foi encontrada uma solução mediante a sua retirada do processo litigioso. Referiu ainda ter estado presente na inauguração daquela variante, ocasião em que transmitiu ao Ministro das Infraestruturas que não poderia ser esquecido o Sotavento Algarvio. Embora Olhão também integre essa região, salientou que era indispensável avançar com uma intervenção ao longo do troço compreendido entre Olhão e Vila Real de Santo António. Acrescentou que esta necessidade não se restringia ao concelho de Tavira, abrangendo igualmente os concelhos de Vila Real de Santo António e Castro Marim, pelo que considerava importante voltar a chamar a atenção para esta matéria. -----

--- Tudo o que se enquadrasse nas competências da Infraestruturas de Portugal (IP) deveria ser alvo de recomendações dirigidas àquela entidade, que podiam ou não ser acolhidas por eles, mas recomendava que a Junta de Freguesia formalizasse uma comunicação à IP, que o Município, poderia reforçar caso lhes fosse dado conhecimento. No que respeitava aos restantes acessos que

se situassem sob a jurisdição do concelho, poderiam rever a situação mediante a apresentação de uma proposta formal ao Município ou à Comissão Municipal de Trânsito, pelo que também sugeria que o fizesse. -----

--- Dirigindo-se ao Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas, disse que lhe cumpria responder a duas questões.-----

--- Em primeiro lugar, a Freguesia de Cabanas dispunha atualmente de um funcionário pertencente aos quadros da Câmara Municipal. No dia em que deixasse de contar com ele, teriam de iniciar o procedimento de alteração do contrato de execução em vigor, transferindo a respetiva dotação financeira para que a Freguesia procedesse à contratação direta de um trabalhador. Aquele tinha sido o procedimento que tinham adotado com as restantes juntas de freguesia que não possuíam pessoal cedido, para as quais tinham transferido o montante correspondente aos catorze (14) salários bem como todos os encargos decorrentes da contratação. A Câmara Municipal não dispunha de funcionários para ceder, uma vez que enfrentavam sérias dificuldades de recrutamento. Por conseguinte, a prática assentava na transferência de verbas para que a própria junta de freguesia efetuasse a contratação.-----

--- Em segundo lugar, relativamente às viaturas, importava contextualizar aquela questão face ao processo de desagregação das freguesias. Estavam plenamente disponíveis para apoiar, sendo que eram autarquias locais distintas, dotadas de independência financeira e administrativa. Amiúde, havia a ideia errónea de que as freguesias eram extensões da Câmara Municipal, o que não era verdadeiro pois tinham autonomia financeira. Manifestamente não recebiam recursos financeiros suficientes por parte do Estado e, por esse motivo, o Município envidava esforços no sentido de reforçar com o alargamento das competências das juntas de freguesia para que pudessem desempenhar da melhor forma o trabalho que realizavam.-----

--- Quanto à situação do camião, que estava sinalizado e poderia ser integrado numa futura aquisição de viaturas. Relativamente à carrinha que tinha sido alienada com vista à compra de uma nova, o Município poderia colaborar através da atribuição de alguma verba se houvesse disponibilidade orçamental para o efeito.-----

--- Há cerca de sensivelmente um ano, o Município tinha investido mais de um milhão e meio de euros (€ 1.500.000,00), procedendo presentemente a aquisições pontuais. A necessidade referida estava sinalizada e tentariam avaliar no âmbito das próximas aquisições que viessem a realizar. Não poderia, contudo, garantir que tal ocorresse de imediato, mas seria avaliado juntamente com outras necessidades porque a viatura da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo também tinha deixado de funcionar e a Freguesia de Tavira também estava a avaliar. Referiu que deveria ser realizado um levantamento rigoroso das necessidades existentes, de modo a permitir,

mesmo na ausência de recursos financeiros suficientes para apoiar todas as situações identificadas, a definição de prioridades, assegurando que a intervenção incidisse, em primeiro lugar, sobre os casos que apresentassem maior gravidade. -----

--- Concluiu dizendo que era o que se fazia sempre quando não existiam recursos suficientes para todos. Podiam fazer aquele levantamento detalhado junto das juntas de freguesia, com o propósito de aferirem o que era estritamente necessário. -----

--- **O Deputado Municipal Hélder Conceição, Presidente da Junta de Freguesia da Conceição de Tavira,** começou por se congratular com a reversão da antiga União de Freguesias e com a reposição da independência administrativa da Freguesia de Cabanas de Tavira. -----

--- A Freguesia de Conceição de Tavira tinha sessenta e um (61) quilómetros quadrados sendo a Freguesia de Cabanas de Tavira mais pequena. Encontrava-se lavrado em ata, e muito bem, que os equipamentos como o trator agrícola com o destorcedor e a retroescavadora davam todo o apoio à Freguesia de Cabanas de Tavira. -----

--- Tinham realizado o trabalho solicitado pelo Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas, o que não era fácil, pelo que apelava ao Executivo Municipal que efetivamente pudesse contribuir com equipamentos para a Junta de Freguesia de Cabanas de Tavira porque a Freguesia da Conceição de Tavira era muito grande. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não ter mais pedidos de intervenção, disse que iriam passar à intervenção do público lembrando que as intervenções não podiam ser superiores a três (3) minutos. -----

--- **Pediu ao Cidadão Michael Hagedorn que se dirigisse ao púlpito para fazer a sua intervenção cujo assunto era o “Sobe-e-Desce”.** -----

--- **O Cidadão Michael Hagedorn** cumprimentou todos e disse que pretendia abordar novamente o tema da mobilidade sustentável, pois continuava a constatar que aquela questão estava a ser tratada de forma débil e pouco ágil. -----

--- Tinha solicitado uma resposta por parte do Vereador responsável pela mobilidade sobre o «Sobe e Desce». Argumentava-se que era pouco utilizado, mas questionava se alguma vez tinha sido efetuada uma análise séria sobre as razões daquela fraca utilização. Considerava que o problema começava logo por falta de informação básica, denunciando a ausência de horários afixados em várias paragens. Exemplo evidente e que até considerava escandaloso era a ausência de informação na paragem central junto à Estação Ferroviária onde, há meses não havia um horário fixado, tal como acontecia na paragem situada em frente aos Paços do Concelho, cujas evidências fotográficas possuía ali. -----

--- Acrescentou que a maioria das paragens carecia de indicações sobre o percurso, sobre as



condições de utilização e os custos, dando como exemplo a incerteza sobre a gratuidade do serviço e do público-alvo abrangido.-----

--- Relativamente à disponibilização do horário no Sítio institucional do Município, disse que a pesquisa não era intuitiva, relatando o insucesso na procura através dos separadores «Transportes», «Visitar Tavira» ou «Descobrir Tavira», sendo que o documento estava localizado na secção «Viver e Mobilidade», mas sem qualquer informação sobre as tarifas ou condições de utilização. Apontou como solução a colocação de códigos QR em cada paragem com ligação direta ao horário digital, que também não existia.-----

--- Considerava que a falta de campanhas de divulgação adequadas fazia com que o serviço funcionasse apenas «para inglês ver», resultando no aumento do tráfego automóvel na cidade.

--- Pensava que em vez do Município de Tavira replicar o mau exemplo de Lisboa, começando por instalar MUPIs que na prática constituíam mais uma forma de poluição visual, e investir em paragens sofisticadas, seria indispensável assegurar as condições básicas, ou seja, a disponibilização de horários claros e acessíveis, informação sobre os custos e incluir freguesias que continuavam desfavorecidas, como Luz de Tavira, Santa Luzia e Cabanas de Tavira. -----

--- Disse que a experiência de Lisboa tinha demonstrado que a modernização estética das paragens de autocarro não tinha trazido quaisquer melhorias ao transporte público, tendo acabado, sobretudo, por beneficiar uma empresa internacional e por gerar receitas publicitárias regulares para a Autarquia.-----

--- Pediu que se colocassem, por um momento, no lugar de um munícipe idoso, sem recursos para táxis ou literacia digital, que necessitasse de se deslocar ao Centro de Saúde, ou no lugar de um visitante que desembarcasse na Estação Ferroviária com bagagem rumo ao centro da cidade, ou que experimentassem utilizar o próprio serviço «Sobe e Desce». Talvez daquela forma se tornasse evidente o que devia de ser melhorado antes de pensarem em MUPIs ou paragens mais modernas.-----

--- Por fim, disse que a pergunta que pretendia dirigir ao Vereador com o pelouro da Mobilidade era que medidas concretas pretendia a Câmara Municipal implementar, e em que prazo, para tornar o «Sobe e Desce» um verdadeiro serviço de transporte público acessível, bem divulgado, útil e atrativo para residentes e visitantes.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que a pergunta tinha sido dirigida ao Vereador com o pelouro da Mobilidade, pelo que ela tomaria nota, iria analisar, porque existiam questões que não estavam sobre o seu pelouro e, portanto, não conseguia dar resposta imediata, como por exemplo à questão dos horários, o facto de haver locais onde não estavam afixados ou à gratuidade do serviço, pelo que iria analisar melhor.-----

--- Relativamente à acessibilidade dos autocarros tinham uma concessão em vigor que tinha alguns anos, não era recente e iria estar em vigor mais algum tempo, sendo certo que se rescindissem teriam de indemnizar na totalidade. Não estando totalmente segura, pensava que a concessão ainda tinha mais dois (2) anos, pelo que no novo concurso tinham de ser mais exigentes ao nível do Caderno de Encargos, sobretudo e muito possivelmente, na utilização de autocarros eléctricos porque provavelmente faria mais sentido, e plasmar as questões das acessibilidades.-----

--- Presentemente os autocarros tinham muito uso por parte dos jovens, sobretudo os que habitavam nas urbanizações localizadas a norte da EN125 que recorriam ao serviço para transporte escolar, pelo que a própria dimensão já estava algo desadequada face à real necessidade.-----

--- A forma como a concessão tinha sido estabelecida há dez (10) ou doze (12) anos, não lhes dava muita margem negocial, todavia no próximo procedimento estariam mais atentos àquelas questões de modo a melhorarem a resposta à população porque se estavam a fazer investimento, pretendiam, obviamente, que houvesse utilização e, sobretudo, que as pessoas se deslocassem cada vez mais em transportes públicos até por questões ambientais.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal pediu à cidadã Tânia Rodrigues que se dirigisse ao púlpito. Informou que o tema era habitação social.**-----

--- **A Cidadã Tânia Martins Rodrigues cumprimentou todos.**-----

--- Disse que estava ali para expor o seu caso referente a habitação social.-----

--- Informou que era mãe de quatro (4) filhos, sendo que dois (2) apresentavam dificuldades cognitivas, uma (1) sofria de rinite alérgica, e moravam numa casa sem condições. A habitação atual, do tipo T2, não tinha condições, sendo que as quatro (4) crianças partilham um (1) único quarto, equipado com dois (2) beliches, e durante o último inverno, tinham-se registado infiltrações graves com água a chover diretamente sobre as camas das crianças.-----

--- No mês de outubro anterior, tinha apresentado requerimento para atribuição de habitação social, o qual tinha sido indeferido com o fundamento na inadequação da tipologia exigida por lei face ao número de dependentes. Explicou que os serviços municipais tinham justificado a exclusão com a obrigatoriedade de atribuição de um fogo de tipologia T4, em detrimento de um T3.-----

--- Não estava a pedir uma habitação T4, mas um T3 que garantisse condições de vida dignas pois no inverno seguinte estariam debaixo de chuva e, até ao momento ninguém lhe tinha dado resposta alguma.-----

--- A casa onde viviam já tinha sido alvo de duas visitas, tendo a última estado presente o Chefe

de Divisão de Assuntos Sociais, Dearkson Vieira, e já tinha exposto a questão diretamente ao Vice-Presidente da Câmara Municipal, que também não lhe tinha dado resposta. Concluiu dizendo que já tinha tentado alugar uma casa, mas não conseguia e o que lhe diziam era que dariam apoio ao arrendamento, que era o mais aconselhável, porque presentemente não existiam fogos com a tipologia adequada ao seu agregado.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** começou por clarificar se a cidadã não residia atualmente num fogo de habitação social, mas num imóvel privado.-----

--- Questionou se, se tinha inscrito no concurso para atribuição das quinze (15) habitações sociais na Freguesia da Conceição de Tavira, o que não tinha acontecido, mas em outro concurso em que não tinham T4 disponíveis.-----

--- A Munícipe tinha quatro (4) crianças, dois (2) meninos e duas (2) meninas sendo que tinham de adequar a tipologia da habitação à dimensão da família.-----

--- Presentemente não tinham duas (2) tipologias, T4 e T1, pelo que por não terem a tipologia adequada tinha sido excluída. Não queria dizer que ficasse sempre excluída pois estavam a ser construídos mais fogos de habitação, ou mesmo dentro das habitações que dispunham, que iam vagando e para as quais eram efetuados concursos.-----

--- A questão era que, pese embora as pessoas necessitassem de habitação, a Câmara Municipal tinha de cumprir a legislação pelo que se uma família necessitasse de um T1 e não tivessem, se fosse um T4 e acontecesse o mesmo, tinham de excluir dos concursos. Era certo que gostaria de poder ajudar todos, mas o facto era que apenas conseguiam ajudar à medida que tinham casas disponíveis.-----

--- Presentemente estavam a iniciar a construção de quarenta e oito (48) novas habitações, cujo projeto contemplava fogos de tipologia T4. Paralelamente, a habitação social era volátil pois existiam pessoas que deixavam as casas e por vezes verificavam-se casais de idosos em tipologias desadequadas, todavia a Lei protegia aquelas situações pelo que não podiam mudar as pessoas porque tinham mais de sessenta e cinco (65) anos, sem que lhes fosse dada autorização pelos próprios, o que criava alguns problemas.-----

--- Concluiu dizendo que a situação da Munícipe estava sinalizada e certamente que iriam conseguir apoiar, todavia não tinham uma solução dentro de dois (2) a quatro (4) meses, mas esperavam vir a tê-la.-----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** dirigindo-se à Presidente da Câmara Municipal disse que não conseguiam compreender a razão da tipologia T4.-----

--- A Presidente da Câmara Municipal indicando a presença do Chefe de Divisão de Assuntos Sociais disse que a situação estava devidamente sinalizada e estavam a trabalhar numa solução. Não iria mencionar qual pois primeiramente trabalhavam nela e depois falavam.-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal deu início à Ordem do Dia com a Informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal.-----

--- A Presidente da Câmara Municipal referiu que tinham tido a exposição *"Tudo em prol do bairro – O SAAL em Tavira e a Construção em Comum"* sobre os Bairros SAAL, que considerava estar muito boa. Em Tavira existiam dois (2) Bairros SAAL, Bela Fria e Cabanas.-----

--- Já tinha terminado a exposição *"O Azulejo em Portugal. Uma História em Aberto"* que seria substituída por uma nova exposição.-----

--- *"Os Diálogos da Liberdade"* tinham decorrido na Biblioteca Álvaro de Campos durante dois (2) anos. Tinha sido abordados vários temas, mas todos com o mesmo propósito, liberdade e democracia.-----

--- Tinha comemorado o *"Dia internacional dos monumentos e sítios 2026 | "Património Vivo: Resposta de Emergência em contextos de Conflitos e Desastres"*, o *"Encontro com autores"*, as oficinas e os passeios realizados pelos técnicos do Museu, que eram bastante procurados.-----

--- A Ria Inquieta – Associação Cultural e Recreativa e as famílias tinham realizado a oficina *"Introdução à Serigrafia"*.-----

--- Tinha assinalado as *"Comemorações dos 20 anos de abertura da Biblioteca no edifício da Antiga Cadeia"* no dia 1 de junho anterior, que também teria mais algumas iniciativas durante o ano de modo a assinalarem as duas (2) décadas.-----

--- No final de semana anterior tinha ocorrido a *"Festa de Santo António"*.-----

--- Passando ao tema do Desporto, a Presidente da Câmara Municipal disse que também se tinham realizado vários eventos.-----

--- O *"5.º Encontro Regional de Andebol Adaptado"*, o campeonato *"Regata da Cidade de Tavira"*. Tinha continuado com o Programa de Promoção da Atividade Física, o *"Torneio de Petanca 25 de Abril 2026"*, o *"Nacional Petanca Mão a Mão"*, no início de maio, onde também tinham alguns campeões.-----

--- Continuando no Desporto, tinha-se realizado a *"Gala do desporto 25"*, o *"DFC - Dynamite Fighting Championship"* de kickboxing, a *"4.ª Maratona BTT de Tavira"*, o *"Campeonato Territorial de Ginástica Artística Feminina, Masculina e Special Olympics"* organizado pela Associação Gimnochamps Tavira, o *"Torneio de Walking Netball 2026"*, o *"XV Raid Ciclismo Tavira"*, Tavira - Cachopo, o *"2.º Encontro de Veteranos"*, as maratonas de futsal sendo que no final de semana seguinte seria a dos Sonambulos, e o *"Campeonato Europeu de Snipe Misto"*.-----



--- Tinha-se realizado também a *“Marcha - Corrida Distrital | Circuito das Igrejas”*, a noturna, que acontecia sempre na véspera do dia 10 de Junho e que era uma marcha distrital, onde tinham estado muitas pessoas. -----

--- A *“XII Mostra da Primavera”* tinha ocorrido no 25 de Abril, bem como as *“Comemorações do 52.º Aniversário do 25 de Abril de 1974”*, cuja Sessão Solene Comemorativa tinha acontecido no Teatro Municipal. -----

--- O *“Equinócios”* era um Programa Cultural do Município, que decorria até ao dia 21 seguinte, contando com vários momentos musicais interpretados por várias associações do concelho. Realçou a qualidade das iniciativas que estavam a acontecer. -----

--- A *“EcológiTa”* era um Festival realizado pelo Município onde pretendiam chamar à atenção para a necessidade de mudança de comportamentos, tendo comportamentos mais sustentáveis, mas também chamar a atenção para a cidadania. Mostrou várias fotografias do evento. -----

--- Destacou outras iniciativas como a *“VII Grande Caracolada à Escuteiro”*, o *“13.º Aniversário Motomanos”*, a *“Festa do Caracol”*, as *“Comemorações do Dia do Trabalhador”* que se tinham realizado em vários pontos do concelho. -----

--- Deu nota do projeto realizado em parceria com Associação OBS – Oficina Bartolomeu dos Santos, Agrupamento de Escolas D. Manuel, com o apoio do município e do CFAE – Levante Algarvio e que tinha permitido que cerca de trezentos e cinquenta (350) jovens e dez (10) professores tivessem formação numa técnica de gravura, que tinha sido muito interessante. -----

--- Tinha-se realizado as *“Mostras de artesanato”* e as oficinas. -----

--- Obras e Urbanismo -----

--- A Presidente da Câmara Municipal disse que estava a decorrer o procedimento para a *“Reabilitação das Pontes de Umbria e Curral de Boieiros”*, que se tratava de um concurso público urgente cujo contrato já se encontrava assinado. -----

--- Tinha lançado recentemente as *“Obras de Reabilitação de Habitação Social no Bairro da Porta Nova – Tavira, Rua António Pinheiro (Blocos 5, 7 e 9)”*. -----

--- A *“Intervenção no Passadiço de Cabanas”* tinha acabado por ter que ser revogada a decisão, sendo necessário proceder a um novo concurso, o que estava a acontecer. -----

--- Tinha a *“Conceção Construção para a contenção de fachadas de dois edifícios municipais, em Tavira”* na Almirante Reis e a Corredoura. -----

--- Relativamente à *“Estabilização de taludes e reforço estrutural de túnel - Concelho de Tavira (4 Lotes)”* compreendia várias freguesias do concelho. Tinha sido sinalizados pelas juntas de freguesia alguns taludes que estavam em perigo, e já tinham contratos assinados. Existiam dois

(2) concursos em que o concorrente que tinha ficado em primeiro (1.º) lugar não tinham entregado a documentação pelo que estavam a passar para o segundo concorrente. -----

--- Pensava que a empreitada da *"Execução para a instalação simplificada de atletismo de Santa Luzia"*, se iria iniciar nos dias seguintes.-----

--- Quanto à *"Remodelação das torres e instalações elétricas de iluminação do campo do Ginásio Clube de Tavira"*, se não estava errada, estava para a abertura de procedimento.-----

--- O Concurso para a *"Reposição de Legalidade Urbanística – Execução Coerciva (Processo Administrativo 48/17) no Sítio de Montes e Lagares – Santa Catarina da Fonte do Bispo – Tavira"* tinha ficado deserto. -----

--- Estava a decorrer a obra da *"Beneficiação, adaptação funcional e ampliação da unidade de saúde de Cabanas – Conceição de Tavira"*.-----

--- Já tinham recebido o ante projeto da *"Empreitada de conceção-construção de 24 fogos de habitação social, no sítio da Boavista concelho de Tavira (Lote 1 e 2)"* que estava a decorrer dentro dos prazos.-----

--- Estavam praticamente terminadas as *"Obras de conservação e beneficiação da rede viária do concelho – Estradas municipais da Freguesia da Conceição e Cabanas de Tavira"*, faltando apenas as pinturas e as recargas das bermas. -----

--- Relativamente à *"Construção de 24 fogos de habitação social em Cabanas de Tavira"* tinha havido a necessidade de uns trabalhos complementares, pelo que tinha que ser elaborado um novo aditamento ao contrato.-----

--- A *"Instalação de novo relvado no polidesportivo da Bela Fria"* que tinha parado por conta da arqueologia, pensava que, pelo menos uma parte, já tinha sido retomada.-----

--- A *"Intervenção na Rua de Santa Margarida e Beco Ruy Maria Palermo Ferreira – Santa Margarida"* estava a decorrer. -----

--- Quanto às *"Obras de Conservação no Centro Paroquial de Cabanas"* tinham tido que elaborar um contrato de trabalhos complementares porque, entretanto, face ao tempo decorrido, tinham sido necessárias algumas alterações. -----

--- A *"Ampliação da EB1 de Santa Catarina da Fonte do Bispo e Espaço Polivalente"* também estava a decorrer.-----

--- Pensava que as *"Obras de conservação e beneficiação da rede viária no concelho – Estradas e caminhos municipais na Freguesia da Luz de Tavira e Santo Estevão e na Freguesia de Tavira"* estavam praticamente terminadas. -----

--- A *"1ª. Fase – Obras de manutenção, conservação e restauro na cobertura da Igreja Matriz de Santa Maria do Castelo, em Tavira"* estava praticamente concluída. -----



--- A “Execução do edifício de serviços der saúde em Tavira: unidade de consultas externas de alta resolução e diagnóstico ambulatorio e sede do ACES Sotavento” seguia a bom ritmo e dentro do cronograma previsto. -----

--- Terminou dizendo que já se tinha referido à “Empreitada de intervenção no polidesportivo da Bela Fria”. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal verificando que não existiam intervenções disse que antes de avançar com a Ordem do Dia e, atendendo ao facto de terem a atribuição de municipais de mérito e bons serviços e dedicação, Proposta n.º 148/2026/CM, cujo apuramento era efetuado por voto secreto, o que levava algum tempo na contagem, se não houvesse oposição, pedia aos serviços de apoio que procedessem à distribuição dos boletins de voto. -----

--- Verificando que ninguém se opunha passou ao ponto número dois, referente à Proposta n.º 88/2026/CM – 01/2025/115 – Mirian Estima Arrais – Aceitação da cedência de parcela de terreno para futura execução de passeio e alargamento da estrada – Domínio público municipal. -----

--- A Presidente da Câmara Municipal informou que a proprietária, que era requerente de um procedimento de licenciamento urbanístico, iria ceder ao Município cerca de quarenta e seis (46) metros quadrados que passariam a integrar o domínio público para ser possível alargar e fazer um passeio junto à sua casa no Sítio da Arroiteia. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta n.º 88/2026/CM – 01/2025/115 – Mirian Estima Arrais – Aceitação da cedência de parcela de terreno para futura execução de passeio e alargamento da estrada – Domínio público municipal a votação que foi aprovada por unanimidade. -----

--- Passou ao ponto número três, Proposta n.º 122/2026/CM – Aprovação de encargos plurianuais relativo ao concurso público para aquisição de serviços para criação de faixa de gestão de combustível da rede secundária em rede viária – PME – OE2 – cuidar dos espaços rurais – Projeto n.º 2.2.1.3. – Garantir a gestão da rede secundária. -----

--- A Presidente da Câmara Municipal informou que de acordo com Decreto-Lei n.º 82/2021, que regulava o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, cabia aos municípios a execução e manutenção das faixas secundárias. -----

--- Naquele caso, referia-se às faixas adjacentes às vias de comunicação. Tinham vindo a desenvolver um trabalho contínuo naquela questão, sinalizando as situações prioritárias juntamente com a Comissão Regional de Gestão de Fogos Rurais (CRGIFR). -----

--- Tinha ocorrido naquele dia a apresentação do Plano Intermunicipal de Gestão de Combustíveis (PIGCAIg), um instrumento técnico desenvolvido pela Universidade de Évora em parceria com a

Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL) que identificava qual seria a intervenção prioritária, quais as limpezas, de modo a diminuir o risco de incêndios. -----

--- De acordo com os vários modelos científicos, existiam determinadas áreas em que se a limpeza fosse priorizada, o risco descia drasticamente e, portanto, seguindo aqueles modelos e trabalhando de forma articulada com a Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF) e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), bem como se baseando naquele PIGCAlg, o que iriam fazer era continuar a realizar aquelas faixas de gestão de combustível da rede secundária, pelo que, a proposta que apresentavam referia-se à aprovação dos encargos plurianuais, uma vez que a execução material e financeira dos trabalhos de limpeza da rede viária se estenderia por um período de dois anos, abrangendo o ano corrente e o seguinte. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a Proposta n.º 122/2026/CM – Aprovação de encargos plurianuais relativo ao concurso público para aquisição de serviços para criação de faixa de gestão de combustível da rede secundária em rede viária – PME – OE2 – cuidar dos espaços rurais – Projeto n.º 2.2.1.3. – Garantir a gestão da rede secundária que foi aprovada por unanimidade.** -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número quatro, Proposta n.º 135/2026/CM – Minuta do Contrato-Programa para a Gestão da Recolha de Resíduos Urbanos Orgânicos Alimentares no Concelho de Tavira.** -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal disse que a recolha de biorresíduos era uma meta e um compromisso de Portugal perante a União Europeia, partilhado pelas autarquias e, portanto, o Município tinha iniciado o processo de recolha há dois (2) anos, tendo priorizado o canal HORECA (Hotelaria, Restauração e Cafetaria), por se tratar de grandes produtores não domésticos.** -----

--- No início do projeto, obviamente que a Tavorverde - Empresa Municipal De Ambiente, E.M. carecia de meios humanos e de equipamentos específicos para a operação. A criação de uma nova equipa e a aquisição de material iria provocar um aumento da tarifa de resíduos dos consumidores não domésticos que já suportavam custos mais elevados. Para mitigar o impacto financeiro e comparticipar os custos operacionais, a Câmara Municipal tinha celebrado um contrato de apoio à Tavorverde para aquela operação. -----

--- Face ao balanço positivo da operação, estando a recolha a correr bem, tinham procedido ao seu alargamento pretendendo também chegar ao consumidor doméstico, propondo à Assembleia Municipal a aprovação de um novo contrato para o segundo semestre do corrente ano. -----

--- Relativamente ao contrato anterior tinha sido baseado numa estimativa de preços e custos sendo que estavam a pagar um valor ligeiramente superior aos gastos reais da Tavorverde. Por aquele motivo, tinham elaborado as contas e entendido prorrogar no tempo porque efetivamente



a Taviraverde não tinha gastado no ano económico tudo o que tinha recebido, sendo que em vez de devolver tinham resolvido continuar a executar o serviço sem que houvesse lugar a qualquer acréscimo na tarifa. -----

--- Adiantou que o objetivo futuro, após a consolidação do investimento, passava pela integração na tarifa geral, desde que, obviamente, não resultasse num aumento exponencial, que era a razão por que estavam a apoiar para que as pessoas vissem que aquela recolha de biorresíduos era uma vantagem e não uma desvantagem. -----

--- Acrescentou que aquele era o grande objetivo porque alguém tinha de financiar, no caso os consumidores. Pensava que a questão do lixo seria um dos principais problemas nos anos seguintes para o Algarve porque apenas existiam dois (2) aterros quer no Sotavento, quer no Barlavento, que estava cheios e cujas últimas células de deposição iriam ser construídas estimando-se que a sua capacidade útil se esgotasse num horizonte de sete (7) anos, teria que haver uma mudança profunda de comportamentos e hábitos de reciclagem, como muitas vezes se verificavam que as pessoas colocavam lixo ao lado dos caixotes que não estavam cheios sendo a falta de civismo que levava a que colocassem o lixo do lado de fora. -----

--- Referiu que a mudança de mentalidades era um compromisso de todos porque com tanta sobrecarga o sistema iria acabar por não dar resposta, o que seria também um problema no futuro. -----

--- Obviamente que Ministério do Ambiente estudava todas alternativas porque sete (7) anos passavam muito rapidamente e, portanto tinham de ser feitas mais campanhas relativas à recolha de biorresíduos mas também de materiais recicláveis como o papel, o plástico, o metal e o vidro. -

--- Terminou dizendo que o tinham para aprovar era o novo contrato até ao final do corrente ano, que era da competência da Assembleia Municipal, que estava ainda em avaliação, mas com muita probabilidade de que o custo da operação se viesse a diluir e, posteriormente, pudesse integrar a tarifa. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** questionou se futuramente teria algum custo para os tavirenses. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que, naquele caso, tinha sido necessário fazer um investimento e que, presentemente, estava realizado, estando feitas as amortizações dos equipamentos, pelo que a ideia era que diluísse por todos não domésticos, podendo resultar num aumento da tarifa, mas que fosse dentro do que eram os aumentos que tinham realizado, dentro da inflação ou eventualmente, de um valor muito semelhante pois se fizessem aumentos muito grandes, aquele facto constituiria um desincentivo e as pessoas deixariam de ver um benefício naquela recolha, portanto, o que gostariam era que se pudesse diluir completamente que, não

conseguindo, teriam de decidir se continuariam a formalizar aquele tipo de contratos ou teriam que aumentar. -----

--- De momento, o contrato já era bastante inferior ao último que tinham celebrado e, portanto, acreditava que conseguissem no seguinte, porque os existentes já conseguiam cobrir os custos operacionais.-----

--- Não tinha referido, mas também iriam alargar a zona e chegar a Santa Luzia e a Cabanas de Tavira onde ainda não estava a ser realizado o canal Horeca que apenas cobria a cidade.-----

--- Concluiu dizendo que provavelmente, se alcançasse mais pessoas, a operação se diluiria por mais utilizadores.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta n.º 135/2026/CM – Minuta do Contrato-Programa para a Gestão da Recolha de Resíduos Urbanos Orgânicos Alimentares no Concelho de Tavira a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.** -----

--- **Passou ao ponto número cinco, Proposta n.º 138/2026/CM – Fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre – Lote 4 – Agregado (BTN, BTE e MT), ao abrigo do Acordo Quadro da AMAL – Encargos Plurianuais.** -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal explicou que estando o contrato de fornecimento de eletricidade a terminar, iriam recorrer ao Acordo-Quadro da AMAL que tinha feito uma prévia qualificação de quem eram os fornecedores, sendo daqueles que receberiam propostas.** -----

--- O que a Assembleia Municipal tinha de aprovar eram os encargos plurianuais porque o valor era ligeiramente superior ao que tinham previsto em Orçamento, resultante do aumento dos custos de eletricidade.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a Proposta n.º 138/2026/CM – Fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre – Lote 4 – Agregado (BTN, BTE e MT), ao abrigo do Acordo Quadro da AMAL – Encargos Plurianuais, que foi aprovada por unanimidade.**-----

--- **Passou ao ponto número seis, Proposta n.º 142/2026/CM – Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Tavira – Repristinação dos n.º 10 e 11 do artigo 26.º.** -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal disse que na Assembleia Municipal anterior tinha sido aprovada a alteração ao Regulamento da Tabela de Taxas do Município, em que tinham adequado umas taxas e revogado outras que tinham considerado já não fazerem sentido. Todavia, por lapso tinham revogado os números dez (10) e onze (11) do artigo vigésimo sexto (26.º) que estava relacionado com a inspeção de elevadores e que não era para ser revogado. Assim, estavam a repristinar aquela que tinha sido uma decisão da Assembleia Municipal que tinha ocorrido por lapso.**-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou a Proposta n.º 142/2026/CM – Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Tavira – Repristinação dos n.º 10 e 11 do artigo 26.º a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

--- Dado que o ponto número sete se referia à Proposta 148/2026/CM de que já tinha falado, passou ao ponto número oito, Proposta n.º 149/2026/CM – Concurso Público Internacional para concessão do direito de exploração publicitária em espaço público no concelho de Tavira, “com instalação de painéis publicitários – mupis e abrigos em paragens de transporte público”.-----

--- A Presidente da Câmara Municipal informou que iriam lançar concurso para a concessão dos painéis publicitários, mupis e abrigos para as paragens.-----

--- Tinham um contrato que já havia terminado há algum tempo, contudo tinham estado a tentar que o concessionário retirasse todo o mobiliário urbano envolvido, que não o tinha feito de livre vontade. Assim, iam lançar novo concurso e procederiam à retirada do mobiliário caso o concessionário não o fizesse voluntariamente. -----

--- O que propunham era que a Assembleia Municipal aprovasse as condições genéricas daquele concurso público para a concessão do direito de exploração publicitária em espaço público uma vez que pretendiam materiais mais modernos e adequados à realidade atual do espaço urbano.---

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a Proposta n.º 149/2026/CM – Concurso Público Internacional para concessão do direito de exploração publicitária em espaço público no concelho de Tavira, “com instalação de painéis publicitários – mupis e abrigos em paragens de transporte público”, que foi aprovada por unanimidade. -----

--- Passou ao ponto número nove, Proposta n.º 150/2026/CM – Atribuição de Apoios às Freguesias do Concelho de Tavira – Festas de Verão 2026.-----

--- A Presidente da Câmara Municipal disse que, como habitualmente, o Município apoiava as festas tradicionais que se realizavam nas freguesias que estavam identificadas de forma clara na Proposta e cujas festividades abrangidas eram: a FACARTE na Conceição de Tavira a Festa dos Pescadores em Cabanas de Tavira, as Festas da Senhora da Saúde e a de Santo António na Freguesia de Tavira, a Feira Anual na Luz de Tavira, a Feira Franca de Santo Estêvão, a Festa de Agosto em Cachopo, a Feira Franca de Santa Catarina da Fonte do Bispo e a Festa dos Pescadores em Santa Luzia. -----

--- Continuou dizendo que, obviamente, os presidentes de junta de freguesia pretendiam um maior apoio porque, a maioria das pessoas não sabia, mas os cachés dos artistas eram bastante elevados, mas, sobretudo, os custos logísticos e exigências dos artistas, sistemas de som, microfones e painéis de LED, tinham custos muito elevados. -----

--- Tinham tentado reforçar o apoio sendo que no ano anterior tinham apoiado num valor global

de cerca de cem mil euros (€ 100.000,00) e no corrente ano, cerca de cento e cinquenta mil euros (€ 150.000,00). Tinham também mais duas (2) freguesias e a ponderação que tinham tentado fazer, tinha sido quais eram as maiores festas e que duravam normalmente quatro (4) dias, o caso das festas dos pescadores de Santa Luzia e Cabanas de Tavira, decorrendo as restantes normalmente durante três (3) dias, sexta-feira, sábado e domingo. -----

--- Obviamente que pretendiam que se realizassem as festividades das freguesias, sendo que muitas eram festividades que se perpetuavam há muitos anos, e que era importante preservar, razão por que faziam aquele esforço.-----

--- Naquele âmbito, a distribuição orçamental fixada para o presente ano tinha sido de cerca de dezoito mil euros (€ 18.000,00) para a Luz de Tavira, Santo Estevão, Santa Catarina da Fonte do Bispo e Conceição de Tavira, vinte e cinco mil euros (€ 25.000,00) para Cabanas e Santa Luzia e treze mil euros (€ 13.000,00) para Tavira e Cachopo, justificando-se o valor de Tavira pela duração de dois (2) dias da Festa da Senhora da Saúde. -----

--- No que se referia à Festa da Senhora da Saúde, normalmente decorria em dois (2) dias, pelo que rodariam os seis mil euros (€ 6.000,00) por dia.-----

--- Relativamente a Cachopo, esclareceu que o Presidente da Junta de Freguesia tinha informado formalmente que o evento seria realizado em parceria com a Associação de Festas que deveria de ter entregue o plano de atividades, que estavam a analisar, para ser apresentado o apoio na Reunião de Câmara seguinte onde seriam propostos os apoios à cultura que ainda não tinham dado. O Presidente da Junta de Freguesia tinha informado que apenas pagaria a logística cujo valor rondava os catorze mil euros (€ 14.000,00), pelo que considerava que não ficaria mal se recebesse treze mil euros (€ 13.000,00) que comparativamente com as restantes freguesias, estas até recebiam menos.-----

--- Para além dos apoios financeiros diretos, também iam apoiar com alguma logística, nomeadamente stands que nos últimos anos não tinham cedido por a Câmara Municipal não ter. Os stands que, na altura, dispunham já estavam velhos, com aspeto não muito bonito, pelo que não tinham tido para ceder e as juntas de freguesia tinham acabado por ter de os alugar.-----

--- No corrente ano, tinham tempo para montar e desmontar porque, obviamente, os stands iam de uns locais para outros. Estavam ali para ajudar as juntas de freguesia e tentar cumprir os prazos, sendo daquela forma que tinham de trabalhar. Havia a possibilidade de cederem o palco a Santa Luzia que era o único local onde cabia. O palco da Câmara Municipal era muito grande pelo que, mesmo que quisessem emprestar a outra freguesia, não caberia, pelo que estavam a ponderar.-----

--- Considerava que o valor do aluguer de cinquenta (50) stands acrescia ao apoio, estimando

como um custo provável de vinte mil euros (€ 20.000,00) que, no corrente ano, as juntas de freguesia iriam poupar para além do apoio total no valor de cerca de cento e quarenta e oito mil euros (€ 148.000,00), sendo o apoio logístico também significativo e importante para alguns orçamentos. -----

--- Continuou dizendo que percebia que os presidentes de junta de freguesia quisessem mais, o que ela também queria do Governo para fazer face às competências que tinha recebido, queria sempre mais. Os presidentes de junta de freguesia reivindicavam nas competências, nas festas, e ela reivindicava dentro do que eram as suas competências. -----

--- Disse que considerava que tinha sido uma análise justa, equilibrada, querendo deixar claro a importância que davam às festividades das freguesias e que apoiavam com todo o gosto, obviamente que dentro das disponibilidades orçamentais da autarquia. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** agradeceu as melhorias verificadas desde há uns anos porque no corrente ano, já tinham sido apresentados alguns orçamentos por parte de presidentes de junta de freguesia, uma estimativa do que seriam os gastos, pelo que pretendia agradecer aos que tinham realizado aquele trabalho e aos serviços que lhes tinham feito chegar aquela previsão de gastos. -----

--- **O Deputado Municipal Nuno Mateus, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia**, começou por cumprimentar todos os presentes e os munícipes que assistiam à transmissão da sessão. -----

--- Focando a sua intervenção na Festa de Santa Luzia, disse que a Junta de Freguesia tinha solicitado inicialmente uma verba algo mais elevada, quarenta e dois mil euros (€ 42.000,00), que não tinha sido possível, mas pretendia agradecer o apoio que o Município ia dar, vinte e cinco mil euros (€ 25.000,00) e o apoio logístico com os stands e o palco, o que já os ajudava bastante porque anteriormente tinham que alugar. -----

--- Disse que as festas eram muito caras, sendo que apenas em som (PA), luz, montagem de camarins e instalação de sanitários públicos rondavam os cinquenta mil euros (€ 50.000,00), o que era mesmo muito caro. Àquele valor ainda tinham de acrescentar os custos de segurança, cerca de nove mil euros (€ 9.000,00), entre outros, tendo o policiamento da GNR um custo de cerca de quatro mil euros (€ 4.000,00). -----

--- Concluiu reforçando que se tratava de uma festa bastante cara e que as verbas não chegavam para tudo, pelo que tinham de fazer uma gestão rigorosa mas reiterava o agradecimento à Câmara Municipal pelo apoio. -----

--- **O Deputado Municipal Carlos Baptista, Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas de Tavira**, disse que agradecia o subsídio que o Município atribuía, de vinte e cinco mil euros (€

25.000,00), que não seria apenas para apoiar a festa mas também, sendo muito bem recebidos.---

--- Terminou dizendo que tinham remetido um orçamento à Câmara Municipal que também contemplava animação, uma vez por semana, ao longo de todo o verão. -----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo,** iniciou a sua intervenção cumprimentando o Presidente da Assembleia, o Executivo Municipal, os restantes deputados e os munícipes que assistiam à sessão.-----

--- Dirigindo-se aos membros com maior antiguidade na Assembleia Municipal, lembrou que, no início do seu mandato, a Freguesia de Cachopo recebia um subsídio de cinco mil euros (€ 5.000,00) para uma festividade que se estendia por três (3) dias, o que demonstrava um trabalho de evolução. No entanto, sempre se tinha pautado pela igualdade entre todas as freguesias, com a exceção de duas (2), que tinham as duas (2) maiores festas. -----

--- Tendo por base aquele critério que continuava a ter explicou que, desde há (4) quatro anos, caminhando para o quinto (5.º) ano consecutivo, a Junta de Freguesia de Cachopo tinha adotado um modelo de organização das festividades assente numa parceria com as associações locais, como tinha sido reportado através do envio regular de relatórios. Assim, gostava de saber se o diferencial do capital do apoio municipal seria entregue diretamente à associação parceira, sobre o que a Junta de Freguesia não via qualquer entrave, uma vez que seria menos aquele apoio que a Junta de Freguesia teria de entregar à associação.-----

--- **O Deputado Municipal Carlos Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão,** cumprimentou o Presidente da Mesa e os restantes membros, a Presidente da Câmara Municipal, os vereadores, os colegas deputados, os serviços de apoio técnico da Assembleia Municipal, o público presente e os cidadãos que acompanhavam os trabalhos via internet. -----

--- Evocando a sua longa experiência autárquica e associativa recordou o período em que o concelho estava dividido em mais freguesias e em que apenas Cabanas, Santa Luzia e Conceição de Tavira auferiam subsídios municipais, não recebendo as restantes freguesias qualquer apoio.

--- Tinha organizado inúmeras festividades no passado, chegando a suportar despesas com artistas a título pessoal e com grande sacrifício. Face àquele historial, expressou o seu público agradecimento à Presidente da Câmara e ao Executivo Municipal pela atribuição do atual subsídio à Freguesia de Santo Estêvão, porque se o Governo tratasse a Freguesia de igual modo não recebiam apenas sessenta e nove mil euros (€ 69.000,00) para execução de múltiplas competências, e ainda tinham de pagar a taxa de vinte e três por cento (23%) de IVA referente àquele montante. -----

--- Reiterou o agradecimento à Presidente e Executivo Municipal pela cedência daquele subsídio.

--- O **Deputado Municipal Viriato Jesus** iniciou a sua intervenção escusando-se a discutir os montantes financeiros propostos, por considerar que para aquela negociação estavam ali os presidentes de junta de freguesia.-----

--- Queria, contudo, expressar o seu agradecimento a todos os presidentes de junta de freguesia, todos os voluntários, e a todos os funcionários que anualmente viabilizam a realização das festividades. Evocou as suas memórias de infância porque os seus pais eram dos que ficavam na festa até à última música, dormindo ele numa cadeira, pelo que tinha muitas referências, memórias e um carinho especial por todas elas. -----

--- Referiu ser perfeitamente compreensível que os responsáveis pela cultura no Município não tivessem o mesmo sentimento que os santaluzienses, não vibrassem como eles com o pau de sebo, com as regatas, com a vaidade em vestir roupa nova para a Festa, para a Procissão e que à terça-feira quando chegavam à marginal, e tudo tinha desaparecido, ficassem com um sentimento de nostalgia iniciando a contagem decrescente para a festa seguinte. -----

--- Considerava que tudo aquilo era normal, todavia o que não considerava normal era que não respeitassem as festas das freguesias visto o Município ter uma programação cultural a concorrer com as freguesias, que se esforçavam fortemente para terem o melhor artista. Não pretendia dizer que não houvesse programação cultural, mas em vez de na sua agenda cultural ser dado destaque às festas das freguesias o foco eram outras iniciativas culturais fazendo assim concorrências às festas. -----

--- Concluiu reiterando que uma grande ajuda para além da financeira, seria, no mínimo, não fazerem concorrências às festas anuais que se realizavam em todas as freguesias.-----

--- A **Presidente da Câmara Municipal** disse que se pretendia referir a três (3) pontos.

--- Primeiramente, também era do tempo em que o apoio era apenas a três (3) freguesias, do que se recordava perfeitamente, bem como do início da atribuição de verbas a Cachopo, que pensava ter sido no ano de dois mil e dezassete (2017), sendo que até então outras iam recebendo, mas nunca todas, pelo que considerava que atualmente existia um equilíbrio. -----

--- Relativamente à questão colocada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo, desconhecia, pois não tinha analisado todos os apoios da cultura, não tendo visto todos os planos de atividades. O apoio que davam à Comissão de Festas seria canalizado para o seu plano de atividades global e não, especificamente para uma festividade em concreto. Desconhecia se cobriria tudo ou não, mas não estavam a dar apoio para cobrir todas as despesas das festas, sendo que todos estavam a procurar outros patrocínios, dos próprios, dos negócios locais e outros, o que Cachopo também devia de fazer, apesar de todas as vicissitudes, que não tendo verba suficiente para costear toda a festa, teriam que o fazer como as outras juntas de freguesia

estavam a procurar. -----

--- Rebateu as críticas da intervenção do Deputado Municipal Viriato Jesus porque sempre tinha havido o cuidado de que a programação cultural nos dias em que se realizavam as festas, fosse inferior, ou que as pessoas tivessem menor interesse, ou porque já conheciam, nomeadamente os tavirenses, já tinham visto em outras épocas do ano. Todavia nunca lhe tinha parecido que houvesse falta de visitantes nas festas nem de Santa Luzia, de Cabanas, na FACARTE ou em qualquer outra festa, inclusivamente Cachopo. -----

--- Continuou dizendo que as festas se realizavam e tinham o seu público que não eram pessoas apenas da terra, iam muito mais além, sobretudo no caso de Santa Luzia. Parecia-lhe que existia existir um enorme respeito pela Festa de Santa Luzia, pelo que discordava completamente do que o Deputado Municipal tinha dito, inclusivamente, porque considerava que muitas pessoas vibravam com o pau de sebo sendo a razão por que na segunda-feira à hora de trabalho, estavam todos no muro sobre a magnífica Ria Formosa a viver intensamente o evento.-----

--- Disse que não concordava com aquela visão e não percebia porque o dizia, acrescentando inclusivamente que o orçamento do Verão em Tavira, no corrente ano, tinha sido bastante reduzido, pelo que considerava não haver qualquer concorrência. Presentemente tinham o Teatro e não podiam apenas investir em cultura porque, como sabiam, também tinham outros investimentos para realizar tendo de existir um equilíbrio na distribuição das verbas.-----

--- Concluiu informando que anteriormente se tinham centrado no verão, que era o foco, porém atualmente tinham desconcentrado tendo uma Tavira cultural todo o ano.-----

--- **O Deputado Municipal Arménio Viegas, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo**, iniciou a sua intervenção cumprimentando todos.-----

--- Disse que queria agradecer o apoio à Junta de Freguesia de Santa Catarina.-----

--- Reconhecendo que o seu percurso era muito mais recente, manifestou a expectativa de que o montante fosse suficiente. -----

--- Falando no que era organizado pela Junta de Freguesia de Santa Catarina, a feira que era representada por todas as pessoas da Freguesia que produziam mel, medronho, telhas e ladrilho, demonstravam o que faziam, pelo que considerava um investimento que valia a pena até porque ia ajudar quem produzia bem como as associações que existiam. -----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo**, começou por notar que a interpretação das palavras, por vezes, era engraçada. Não tinha mencionado uma associação específica, até porque considerava existirem duas (2) freguesias cujos valores não eram correspondentes com as verbas que deviam receber naquela circunstância e o que tinha questionado era se as duas (2) associações que realizavam o evento em parceria com as juntas de



freguesia seriam incrementadas com a verba restante, o que considerava justo. -----

--- Sabia que anteriormente não eram apoiadas todas as freguesias e que se tinha verificado uma evolução ao longo do tempo, tendo sido o primeiro a admiti-lo, considerando no entanto, que estavam a trabalhar para melhorar, não para piorar.-----

--- Disse que nenhuma das festas ali mencionada tinha um valor correspondente ao que seria apoiado, sendo que os presidentes de junta já há alguns meses tinham começado a “*missão de mendigo*”, batendo a portas para angariar patrocínios, negociar colaborações e estabelecer parcerias com associações para conseguirem realizar as festividades. -----

--- Para finalizar disse que a questão que tinha colocado, nos dois (2) casos em que o valor era inferior, tinha sido se as duas (2) associações que estavam a organizar em parceria com as juntas de freguesia, receberiam o valor restante porque se assim fosse, aplaudia e estava de acordo com todos os pontos que eram sujeitos a votação.-----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que pensava ter sido clara pelo que não iria voltar a justificar. -----

--- **O Deputado Municipal José Graça** disse que se pretendia congratular com o conjunto de intervenções e com o empenho das autarquias locais que eram quase de base paroquial, na realização das festas de verão, mas queria também dar uma palavra de reconhecimento e de incentivo às associações culturais que, ao longo do verão, promoviam eventos de relevância para o panorama musical e para a animação de Tavira. -----

--- Destacou, de forma particular, a iniciativa de um grupo de jovens de Tavira e da Freguesia de Santo Estêvão que se tinham mobilizado para colocar o concelho no roteiro nacional e europeu da música punk rock. Estava a falar de uma icónica banda internacional, os “*Ratos do Porão*”, que fariam três (3) concertos em Portugal numa digressão única, em Lisboa, no Porto e Santo Estêvão.

--- Pensava ser de reconhecer o trabalho das associações locais pois para ilustrar a dimensão do acontecimento, a notoriedade da banda no Brasil era comparável aos “*Xutos & Pontapés*” em Portugal, sendo que trazer um concerto daquele nível em termos internacionais a uma localidade como Santo Estêvão constituía um feito digno de nota pelo que não queriam deixar de o dizer. ----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a Proposta n.º 150/2026/CM – Atribuição de Apoios às Freguesias do Concelho de Tavira – Festas de Verão 2026, que foi aprovada por maioria com vinte e seis (26) votos a favor dos deputados municipais Arménio Viegas, Carlos Sousa, David Martins, José Graça, José Manuel Guerreiro, José Vitorino Pereira, Jovita Ladeira, Maria Manuel Romão, Nuno Diogo, Nuno Mateus, Patrícia Lima, Sérgio Pereira, Sofia Gomes, Tiago Caetano, Ana Rita Pacheco, Artur Gomes, Carlos Carvalho, Elsa Ribeiro, João Mendonça, Natércia Joaquim, Rafael Dias, Rui Horta, Sónia Tomás, Viriato Jesus, Hélder**

Conceição e Carlos Baptista e três (3) abstenções dos deputados municipais Anaísa Gonçalves, Emília Justo e Gonçalo Santos.-----

--- Passou ao ponto número dez, Proposta n.º 151/2026/CM – Revisão dos Contratos Interadministrativos - 2026.-----

--- A Presidente da Câmara Municipal falando especificamente dos contratos, tinham sido resultado de um processo negocial realizado entre as juntas de freguesia e a Câmara Municipal através da Vereadora Sónia Pires, com o pelouro respetivo, e o Departamento de Gestão Operacional (DGS) da Câmara Municipal.-----

--- O objeto dos contratos interadministrativos era a delegação de competências próprias do Município que, a Câmara Municipal colocando ao critério das juntas de freguesia podia delegar sob a premissa da proximidade de modo a manter os equipamentos. Era, pois, o que estavam a delegar para os manter sempre em bom estado para usufruto das pessoas. -----

--- Todos os contratos tinham contemplado os polidesportivos.-----

--- Pretendendo dar uma nota importante, disse que a Freguesia de Santo Estêvão tinha negociado com o Município a recuperação das piscinas. As piscinas de Santo Estêvão eram tema de conversa naquela Assembleia Municipal desde que estava na Câmara Municipal, dois mil e dez (2010) ou dois mil e onze (2011), inicialmente porque abriam, posteriormente porque não abriam, porque se degradavam, porque não arranjavam, porque não se sabia qual era a parte da Câmara Municipal e qual era a da Junta de Freguesia. -----

--- Já muito tinham falado sobre aquela questão e o Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão também já integrava aquela Assembleia Municipal há muito tempo. Assim, queria dar nota que o Presidente da Junta de Freguesia tinha tomado a iniciativa de arranjar as piscinas, sendo que a Câmara Municipal daria um apoio de pagamento único, contra o pagamento da fatura, pudesse efetuar as diligências necessárias com vista à execução dos trabalhos de reparação daquela infraestrutura. -----

--- Relativamente à Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo a proposta contemplava a atribuição de uma verba excecional, de pagamento único, destinada a suportar integralmente a substituição do piso do polidesportivo da localidade. -----

--- No que se referia à Freguesia de Santa Luzia o contrato englobava para além do polidesportivo, a manutenção dos abrigos de pesca, sanitários públicos e instalações, bem como um valor para a habitação social, que já tinha, para as pequenas reparações, cujo montante já estava estimado, todavia ainda estavam a avaliar as grandes reparações, nomeadamente substituição de janelas, pinturas e cozinhas. -----

--- Quanto à Freguesia de Cabanas a situação da habitação social era idêntica. Ainda não tinham

procedido à avaliação das intervenções mas, quando tivessem o levantamento dos montantes envolvidos, obviamente que colocariam à consideração da Junta de Freguesia se pretendiam ou não realizar as obras. De momento, o valor para as reparações da habitação social não estava contemplado. -----

--- Relativamente à Freguesia da Luz de Tavira pensava que, a Junta de Freguesia tinha entendido que a verba não era suficiente e que não tinham grande interesse naquele contrato. -----

--- O que a Junta de Freguesia de Cachopo tinha respondido estava relacionado com os recursos.

--- Sublinhou que o processo não estava terminado, pelo que estavam sempre disponíveis para negociar de acordo com o que fosse o entendimento dos presidentes de junta de freguesia, que entenderiam que não pretendessem negociar pois cada freguesia tinha a sua especificidade. -----

--- Os valores tinham sido encontrados através do cálculo do valor por metro quadrado, por equipamento, pelo que existiam algumas discrepâncias, o que desconhecia, tendo sido informada pela Vereadora Sónia Pires que tinha sido quem tinha estado nas negociações. -----

--- Concluiu dizendo que aquelas eram as linhas mestras que importava referir naquela Assembleia Municipal. -----

--- **O Deputado Municipal Carlos Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão,** esclareceu que já alguns anos que a Câmara Municipal tinha negociado com o anterior Executivo da Junta de Freguesia, não tendo, contudo, sido aceite por aquele órgão.. Tinham tido vários orçamentos para a intervenção da piscina, mas não tinham chegado a acordo. -----

--- Ele tinha aceitado e já tinha pedido alguns orçamentos, tendo conseguido um orçamento mais barato do que todos os executivos anteriores, passados todos aqueles anos. -----

--- A obra seria entregue quando o acordo, por si aceite, fosse assinado. -----

--- Quanto ao polidesportivo, quem o tivesse visitado, estava ciente que o mesmo e o seu espaço envolvente, apenas não se podiam considerar como abandonado porque existiam ali jogos de bola e treinos, mas estava completamente degradado pelo que o investimento que a Junta de Freguesia conjuntamente com a Câmara Municipal estavam a fazer, era bastante elevado. -----

--- Disse que se visitassem o espaço por ocasião da maratona desportiva agendada para os dias onze (11) e doze (12) de julho, reconheceriam o trabalho da Junta de Freguesia, dos seus funcionários porque se executassem a intervenção com uma empreitada, a verba não seria suficiente para metade. -----

--- Reiterou o agradecimento à Câmara Municipal de Tavira aproveitando para agradecer também aos funcionários da Junta de Freguesia de Santo Estêvão. -----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo,** disse que relativamente àquele assunto, considerava que a Junta de Freguesia de Cachopo tinha respondido

de forma igual à Junta de Freguesia da Luz de Tavira pois necessitavam de mais tempo para negociarem os pontos, queriam mais valências e, sobretudo, queriam que fosse realizado com uma dimensão diferente por forma a poderem dar resposta às necessidades da população local. -

--- Enfatizou que mais que a Luz de Tavira devido à longa distância quilométrica que separava a freguesia, tinham remetido ao Município uma listagem detalhada de vários edifícios sob os quais se viam obrigados a realizar tarefas que não estavam contemplados no acordo. Assim, solicitavam o agendamento de uma reunião com o Executivo Municipal para que pudessem abordar o assunto dos referidos edifícios.-----

--- **O Deputado Municipal Nuno Mateus, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia,** começou por agradecer as atualizações introduzidas no contrato interadministrativo, que já tinham submetido à Assembleia de Freguesia, merecendo aprovação, e já tinham remetido para a Câmara Municipal com vista ao início da transferência das verbas, que eram de extrema utilidade.

--- Relativamente ao polidesportivo disse que iriam receber verba apenas até ao início da construção do novo pavilhão desportivo, que esperava acontecesse brevemente. -----

--- Para finalizar, pretendia também agradecer o apoio à atividade piscatória, sendo que o subsídio anual de dezoito mil euros (€ 18.000,00) correspondia a uma tranche mensal de mil e quinhentos euros (€ 1.500,00) que, apesar do valor, fazia toda a diferença.-----

--- **O Deputado Municipal Carlos Baptista, Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas de Tavira,** disse que relativamente aos apoios de pesca, tinham aprovado, mas também estava em ata que tinham consciência que não iriam executar o que era exigido porque as verbas estavam completamente desajustadas. Já tinham tido a oportunidade de colocar ali a questão, quando tinham tomado conhecimento de que o valor era de treze mil euros (€ 13.000,00) que era valor manifestamente insuficiente, quando sabiam, como comprovado por fatura, que tinham cerca de onze mil euros (€ 11.000,00) de despesa anual. -----

--- **O Deputado Municipal Viriato Jesus** manifestou-se sobre as verbas contratualizadas para a Freguesia de Santa Luzia, focando-se no estado dos abrigos de apoio à atividade piscatória. -----

--- Afirmou que apenas um mágico poderia considerar que com a verba destinada podiam fazer alguma coisa porque aqueles abrigos dificilmente eram recuperáveis. Assim, só alguém que não tivesse a real noção do estado degradante e do perigo que representavam, o podia considerar. A madeira apenas serviria para lenha e quanto à eletricidade, existiam apoios com uma tomada da qual os pescadores tinham feito derivações que, poderiam resultar numa tragédia pois sendo todo o material existente, inflamável, era perigoso sendo que para além disso, aquela zona era o “cartão de visita” de Santa Luzia pois estava localizado logo à entrada. Presentemente em Santa Luzia existiam dez (10) ou quinze (15) embarcações de pesca, todavia existiam uns sessenta (60)



abrigos no estado que tinha referido. -----

--- Admirava a motivação do Presidente de Junta de Freguesia que pensava conseguir fazer algo relativamente aos apoios de pesca, mas nem ele, nem ninguém, conseguiria. Concordava que eventualmente pudesse melhorar as condições da rampa e fazer mais algumas pequenas coisas. Tratava-se de um jogo, pois em determinada altura os apoios de pesca eram da responsabilidade da Câmara Municipal, sendo noutras da responsabilidade da Junta de Freguesia para que esta recebesse mais alguma verba, tendo resultado naquele estado de degradação que considerava deplorável. -----

--- Ele era uma criança quando estes tinham sido construídos, em cima de terra batida, cepos de madeira que presentemente já tinham desaparecido, deixando pilares suspensos. -----

--- Sabia que o dinheiro não esticava, mas considerava existirem prioridades, sendo aquele um dos casos que deveria de estar na agenda do Município para que fosse resolvido com a maior brevidade, até porque não havia a necessidade de existirem sessenta (60) apoios de pesca que estavam naquele estado degradante o que causava uma imagem deplorável e constituía um elevado perigo também para a saúde pública. Ainda, há uns dias se tinha registado um incêndio nos alcatruzes que, por sorte, se encontravam afastados da madeira porque se tivesse alastrado à madeira, aquando da chegada dos Bombeiros, certamente só lá encontrariam cinzas. -----

--- **O Deputado Municipal Carlos Baptista, Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas de Tavira**, reiterou que as verbas do contrato interadministrativo eram manifestamente insuficientes e totalmente desajustadas para a execução de qualquer intervenção. -----

--- Declarou que subscrevia integralmente a intervenção do Deputado Municipal Viriato Jesus, considerando o atual estado dos abrigo de pesca como um autêntico “*cancro*”, sem remédio. ---

--- Pensava que deviam de ponderar o facto de existirem muito menos pescadores. Cabanas tinha cerca de cinquenta (50) apoios de pesca, sendo que eventualmente com quinze (15) ou vinte (20) novos conseguiriam dar uma nova imagem e satisfazer muito melhor a população. -----

--- A finalizar, reafirmou que tinham consciência de que não conseguiriam fazer os mínimos com aquela verba pelo que esperava que existisse uma oportunidade futura de rever a situação até porque lamentavam ter de dar uma resposta de uma forma tão célere, que gostariam de ter tido mais tempo para negociar. Considerava que, em certa medida, tinha sido uma imposição. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** dirigindo-se ao Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas rebateu que se tratava de um processo negocial, pelo que, quem não concordasse, apenas teria de dizer que não pretendia receber as competências. Mesmo tendo sido aprovado em Reunião de Câmara Municipal bastava dizerem que não pretendiam receber e, revogariam na Assembleia Municipal seguinte. -----



--- Referindo-se ao grande número de abrigos, questionava se as juntas de freguesia faziam a gestão dos mesmos e há quanto tempo os pescadores não pagavam qualquer taxa pelo seu uso, se pagavam água ou luz. O caso de Tavira não se colocava porque tinham contadores de água e luz próprios, pelo que pagavam diretamente consoante os consumos. Esclarecia desde logo porque estava a ouvir a Vereadora Inês Faleiro a questionar.-----

--- Respondendo especificamente às considerações do Deputado Municipal Viriato Jesus sobre os abrigos, o que constava eram pequenas manutenções. -----

--- Concordava com os presidentes de junta de freguesia que consideravam que deviam de substituir que, provavelmente, não teriam que substituir a quantidade existente porque sabiam que havia muito uso indevido. -----

--- Anunciou que, face à recente alteração do regulamento era bom que a autarquia desenvolvesse um trabalho conjunto com as juntas de freguesia para perceberem qual era o número de apoios de pesca que realmente eram necessários para que não fosse efetuado um uso indevido dos mesmos. -----

--- Também existiam apoios de pesca na Torre d'Aires, que não tinham sido ali falados, mas que também se encontravam bastante degradados.-----

--- Concluiu dizendo que tinham mesmo de perceber se valeria a pena manter os apoios de pesca porque, presentemente, um abrigo era algo com bastante valor, eram de madeira ou de compósitos, de custo bastante elevado, pelo que teriam mesmo de ponderar se valeria a pena investirem para os apoios de pesca terem mau uso. -----

--- Também tinham que saber quantas embarcações realmente existiam e quantas pessoas realmente tinham licença de pescador, mariscador, entre outros, porque conforme tinham nas prioridades, depois do levantamento efetuado, tinham que substituir, melhorar os apoios de pesca. -----

--- **O Deputado Municipal João Mendonça, Presidente da Junta de Freguesia Luz de Tavira,** começou por cumprimentar todos os presentes e os munícipes que ainda acompanhavam a transmissão dos trabalhos. -----

--- Clarificou que a razão da não aceitação do contrato tinha sido a de efetivamente tentarem negociar. -----

--- Detalhou que a competência delegada proposta para a Freguesia da Luz de Tavira, à semelhança do que sucedia nas restantes freguesias, incidia sobre o polidesportivo e os abrigos de pesca localizados na Torre d'Aires. Referiu que se tratava de equipamentos com vários anos de existência que, à semelhança de outras infraestruturas congéneres, não tinham sido objeto da manutenção necessária, apresentando, por isso, um estado de degradação decorrente do



desgaste natural do tempo. Acrescentou ser igualmente necessário proceder a uma avaliação das necessidades existentes e dos custos associados às intervenções que se revelassem necessárias. --

--- Subscrevendo as palavras da Presidente da Câmara Municipal, corroborou que a situação dos abrigos na Torre d'Aires era um caso complicado porque as fundações estavam apodrecidas e, portanto, provavelmente seria necessário o mesmo que nos restantes locais pois tudo o que estava perto do mar era difícil de manter, sendo que a própria manutenção era algo complicado, e as pequenas reparações poderiam ser infrutíferas.-----

--- Finalizou dizendo que enquanto Presidente da Junta de Freguesia, logicamente que estava disponível para aquela negociação caso houvesse uma atualização até porque o que tinha sido proposto inicialmente não era para aplicar em despesa corrente, tendo sido efetuada uma ressalva e esclarecimento, o que tinha melhorado o proposto. No entanto, estavam abertos à negociação tendo esperança de que as propostas pudessem ser mais equilibradas para todas as freguesias. -----

--- **O Deputado Municipal Carlos Baptista, Presidente da Junta de Freguesia de Cabanas de Tavira**, clarificou que a autarquia local não se podia dar ao luxo de recusar a outorga do presente contrato interadministrativo, pois não podiam adiar para setembro uma vez que tal teria efeitos imediatos nos pescadores, eventualmente, de ficarem sem energia elétrica naquele espaço. A Junta de Freguesia não dispunha de folga orçamental para liquidar a energia elétrica, sendo aquela a razão por que assinavam visto não estar completamente de acordo com o modo como o processo se tinha desenvolvido. -----

--- Quanto à questão colocada de serem os pescadores a pagarem, desde o dia dezanove de abril do ano dois mil e um (19/04/2001), data em que tinham sido inaugurados, que nunca ninguém tinha liquidado o que quer que fosse. Nunca se esqueceria daquela data porque estavam a inaugurar os apoios de pesca quando tinham recebido a informação que o Plenário da Assembleia da República tinha votado favoravelmente a ascensão de Cabanas a categoria de Vila, pelo que tinham sido duas (2) excelentes notícias naquela altura. -----

--- Concluiu, reiterando a necessidade de a situação ser ponderada, mas, no momento não se podiam dar ao luxo de não aceitar.-----

--- **O Deputado Municipal Viriato Jesus** anuiu à afirmação da Presidente da Câmara Municipal, confirmando que nunca ninguém tinha liquidado qualquer taxa ou consumos de água e eletricidade, mas também nunca lhes tinha sido exigido. -----

--- Chamava àquele local o "*Espaço Social do Pescador*" cujo mamarracho se encontrava em cima da ria, todo podre, com os pescadores a jogar às cartas, em vez de terem uma bonita entrada em Santa Luzia. -----



--- Pensava que aqueles jogos podiam ser integrados naquele espaço mas com novos apoios, num espaço social do pescador de modo a que tivessem condições dignas para passar os seus tempos livres, jogar às cartas ou outros jogos, podendo também integrar o artesanato local pois existiam muitos pescadores que estavam reformados e faziam porta-chaves, barquinhos de madeira, murejonas, que podiam ser incluídos naquele espaço de modo a dar-lhe algum brilhantismo, algum embelezamento em vez da desarrumação existente. -----

--- **O Deputado Municipal José Graça** disse que queria saudar o espírito de negociação que desde o passado mês de novembro tinha vindo a permitir que, consecutivamente, e já era terceira (3.ª) Assembleia Municipal em que a matéria era debatida, se tinha registado um claro desanuviamiento do ambiente. -----

--- Quem tinha visto a Assembleia Municipal ocorrida no passado mês de dezembro, caracterizada por ânimos exaltados devido ao desfasamento inicial entre as propostas da Câmara Municipal e os anseios das freguesias, interpretando ele que a menor experiência de alguns autarcas locais, motivada pelo calor do período pós-eleitoral, podia concluir que naquele momento, ao longo do processo, se tinha registado uma clara evolução positiva. -----

--- Considerava que o facto de existirem alguns autarcas de freguesia com menor experiência, talvez tivesse levado a que no calor das eleições, tivesse motivado aquela situação, mas, de facto, concretizava-se o que tinha dito na altura, que tinha de existir capacidade de diálogo, capacidade de ir ao encontro e ouvir as pessoas. -----

--- Naquele dia, tinha sido relatada uma situação muito clara e que percebiam que provinha um pouco da experiência anterior da Freguesia de Santa Luzia, nomeadamente em relação ao Bairro Social. Tinha uma relação muito estreita com o Bairro Social de Santa Luzia e o Bairro Social de Cabanas pois tinha sido quem tinha formalizado as escrituras da venda das primeiras casas daqueles bairros, enquanto funcionário municipal, e já naquela altura era falada a necessidade de requalificar os bairros. -----

--- Tratava-se de edificações na década de oitenta (80) com as vicissitudes da época e também já com alguma idade, sendo que, provavelmente, o que era necessário em Cabanas, era elaborar um levantamento, como já tinha acontecido em Santa Luzia, e que tinha permitido que atualmente fosse a Junta de Freguesia a proceder aos trabalhos de manutenção com conhecimento da realidade clara daquelas habitações. -----

--- Concluiu dizendo que aquele trabalho em Santa Luzia, estava realizado, faltando Cabanas, mas certamente que quando chegassem ao final do mandato, porque não era algo que se fizesse em dois (2) dias, a situação estaria regularizada entre o Município e a Freguesia e a gestão também poderia passar a ser efetuada a nível local respeitando o princípio da subsidiariedade que tanto



defendiam quando falavam em regionalização, mas que a nível local a Câmara Municipal também tinha vindo a fazer com as freguesias do concelho. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a Proposta n.º 151/2026/CM – Revisão dos Contratos Interadministrativos - 2026, que foi aprovada por maioria com dezasseis (16) votos a favor dos deputados municipais Arménio Viegas, Carlos Sousa, David Martins, José Graça, José Manuel Guerreiro, José Vitorino Pereira, Jovita Ladeira, Maria Manuel Romão, Nuno Diogo, Nuno Mateus, Patrícia Lima, Sérgio Pereira, Sofia Gomes, Tiago Caetano, Hélder Conceição e Carlos Baptista, e treze (13) abstenções dos deputados municipais Ana Rita Pacheco, Artur Gomes, Carlos Carvalho, Elsa Ribeiro, João Mendonça, Natércia Joaquim, Rafael Dias, Rui Horta, Sónia Tomás, Víriato Jesus, Anaísa Gonçalves, Emília Justo e Gonçalo Santos. ----

--- A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco justificou a abstenção porque se tratava de um processo de base negocial com as freguesias, que desconheciam. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número onze, Proposta n.º 152/2026/CM – Concessão do direito de exploração por iniciativa particular, para atribuição de título de utilização privativa do quiosque/bar n.º 1, sito nas Quatro Águas, em Tavira. -----

--- A Presidente da Câmara Municipal disse que já havia explicado uma situação idêntica quando a Assembleia Municipal tinha adotado o mesmo procedimento para as concessões da praia.

--- Explicou que, no âmbito da requalificação do Programa Polis e da zona das Quatro Águas, tinham sido construídos os três (3) quiosques que atualmente ali existiam. -----

--- Clarificou que os quiosques não tinham sido edificados em simultâneo, mas de acordo com o processo negocial que tinha decorrido com a Docapesca relativamente às concessões o prazo estava prestes a terminar pois já tinham decorrido dez (10) anos. -----

--- O concessionário tinha submetido um pedido para a abertura de um novo procedimento por iniciativa privada, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, sendo o que o Município iria concretizar. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a Proposta n.º 152/2026/CM – Concessão do direito de exploração por iniciativa particular, para atribuição de título de utilização privativa do quiosque/bar n.º 1, sito nas Quatro Águas, em Tavira, que foi aprovada por unanimidade. -----

--- Passou ao ponto número doze, Proposta n.º 153/2026/CM – Contas Consolidadas de 2025. --

--- A Presidente da Câmara Municipal informou que o documento em análise, relativo às contas consolidadas, possuía uma natureza eminentemente técnica e reunia a informação financeira de todo o grupo municipal. -----

--- Relativamente à EMPET - Parques Empresariais de Tavira, E.M., reportou que persistia o

problema relacionado com a impossibilidade de a conservatória efetuar o registo do novo liquidatário, esclarecendo que o respetivo processo se encontrava na Conservatória de Braga e que, apesar da insistência, a referida nomeação ou outra decisão ainda não tinha sido registada. --

--- Tinha sido integradas na consolidação as contas da Taviraverde e da Associação para o Desenvolvimento Integrado da Baixa de Tavira – UAC Tavira, Associação Baixa de Tavira, tendo o método contabilístico utilizado sido o da agregação das receitas, das despesas, dos ativos e passivos de todas as entidades, sendo retirados os valores da relação existente entre todos, tais como os apoios financeiros concedidos pela Câmara Municipal à Taviraverde e à UAC. -----

--- Passou à leitura das principais conclusões do documento, destacando que o grupo municipal era composto pelas três (3) entidades referidas e que o ativo global ascendia a duzentos e vinte e seis milhões de euros (€ 226.000.000,00). -----

--- O resultado líquido do exercício mantinha-se negativo, continuando assim por força da avaliação dos bens do domínio público e ao consequente impacto das amortizações que eram registadas anualmente, o que fazia com que o resultado, há alguns anos, fosse negativo.-----

--- A conta consolidada do grupo totalizava vinte e três milhões de euros (€ 23.000.000,00), sendo que perto de doze milhões de euros (€ 12.000.000,00) correspondiam a dívidas de curto prazo. O valor de curto prazo, o Município detinha a menor parcela, sendo que a Taviraverde assumia a maior parte e a UAC não apresenta qualquer dívida.-----

--- Concluiu dizendo que, em traços gerais, eram aquelas as informações constantes do documento que tinha sido distribuído para análise e apreciação de todos. -----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a Proposta n.º 153/2026/CM – Contas Consolidadas de 2025, que foi aprovada por maioria de quinze (15) votos a favor dos deputados municipais Arménio Viegas, Carlos Sousa, David Martins, José Graça, José Manuel Guerreiro, José Vitorino Pereira, Jovita Ladeira, Maria Manuel Romão, Nuno Diogo, Nuno Mateus, Patrícia Lima, Sérgio Pereira, Sofia Gomes, Tiago Caetano, Hélder Conceição, onze (11) votos contra dos deputados municipais Ana Rita Pacheco, Artur Gomes, Carlos Carvalho, Elsa Ribeiro, Natércia Joaquim, Rui Horta, Sónia Tomás, Viriato Jesus, Anaísa Gonçalves, Emília Justo e Gonçalo Santos, e três (3) abstenções dos deputados municipais João Mendonça, Carlos Baptista e Rafael Dias.** -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco efetuou a seguinte Declaração de Voto. “Votaram contra porque tal como o relatório do ROC desde 2021, que não têm sido incluídas as demonstrações financeiras da EMPET”.** -----

--- **A Bancada do CHEGA apresentou Declaração de Voto que se encontra anexada à Ata em Minuta, em anexo à presente ata.**-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número treze, primeiro das propostas aditadas, referente à Proposta 161/2026/CM – Atribuição de medalhas municipais de mérito e de bons serviços e dedicação – Alteração à proposta 148/2026/CM. -----

--- A Presidente da Câmara Municipal disse que ia apresentar apenas o ponto três (3) da proposta que tinham solicitado para ser substituída pois tinha-se verificado um lapso, que tinham corrigido, agradecendo também à Assembleia Municipal a aceitação daquela substituição. -----

--- Explicitou que a proposta de atribuição da medalha de grau prata para o corrente ano se concentravam fundamentalmente em duas (2) categorias, sendo sobretudo médicos que tinham exercido funções no Centro de Saúde de Tavira e um médico que não tinha prestado serviço no Centro de Saúde porque tinha a especialidade de obstetrícia. -----

--- Enumerou os clínicos propostos para distinção: Ana Cristina Viegas da Silva, António Manuel Correia Daniel, Eugénio Antunes Neves Gaspar, Henrique Carvalho dos Santos, Manuel Santos Janeiro e Manuel Cirilo Gomes Estrela, e Carlos Lourenço dos Reis José, médico especialista em obstetrícia, amplamente conhecido na comunidade. Os médicos referidos, de acordo com informação do Centro de Saúde de Tavira, tinham ali prestado serviço durante largos anos. -----

--- Recordou que outros médicos já haviam sido homenageados pelo Município em anos anteriores, como era o caso de António Baptista. Tinha optado por não homenagear os três (3) médicos, que embora já estivessem reformados, se mantinham em funções no Centro de Saúde de Tavira, designadamente Elsa Santos, Matos Ferreira e João Paulo, por entenderem que ainda não era o momento oportuno para a atribuição da medalha. -----

--- Tinha entendido que era importante porque tinham prestado serviço a toda a população durante largos anos, dezenas de anos, pessoas que eram de Tavira e que também tinham escolhido Tavira para residir, sendo que alguns tinham atividade privada. -----

--- Pensando ser uma justa homenagem, propunham também a atribuição de grau prata aos antigos presidentes de junta de freguesia do concelho que tinham integrado aquela Assembleia Municipal, nomeadamente Ângelo Pereira, Carla Martins, José Liberto Graça, José Mateus Domingos Costa, Jorge Francisco da Silva e Sidónio Barão que tinha sido antigo presidente e atual membro da Junta de Freguesia de Cachopo. -----

--- A fechar a lista de grau prata, propôs o atleta Leandro Livramento Andrade, jogador de futebol que atuava no estrangeiro e que tinha representado o Município a um nível desportivo bastante elevado. -----

--- Seguidamente, apresentou as propostas para a atribuição do grau cobre, começando por destacar o trabalho desenvolvido de longa data por duas entidades: a Associação de Guias de Tavira, com atividade no concelho há muitos anos, e o GAT (Grupo de Ajuda a



Toxicodependentes) cuja instituição mantinha uma unidade em Torre d'Aires há bastante tempo e que atualmente prestava apoio ao município na gestão do centro de pernoita para pessoas em situação de sem-abrigo. Propunham igualmente a distinção do Grupo de Veteranos de Tavira que reunia antigos jogadores e era também um grupo de convívio que assinalava a celebração do seu trigésimo (30.º) aniversário no final da semana seguinte. -----

--- A nível individual, propunham a atribuição do grau cobre a Pedro Manuel do Nascimento, evocando o seu percurso como empresário, Provedor da Santa Casa da Misericórdia e Presidente do Conselho de Administração da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo e a mesma distinção para Fernanda Guerra Lopes que era uma mulher de referência na cultura tavirense, com uma vida inteira dedicada ao setor em épocas socioeconómicas distintas das atuais. Lembrou o seu percurso empresarial enquanto proprietária da livraria “A Nova Aurora”, demonstrativo do seu gosto pelos livros e veia comercial, realçando o papel que tinha tido como grande dinamizadora cultural em Tavira durante as décadas de oitenta (80) e início de noventa (90), período em que, em articulação com a Casa das Artes, tinha sido responsável por trazer inúmeros artistas ao concelho, pelo que a consideravam uma mulher que era uma referência na cultura tavirense. -----

--- **A Deputada Municipal Ana Rita Pacheco** referiu que, à semelhança do que tinha vindo a ser manifestado em anos anteriores, aquando da apreciação das propostas de atribuição de medalhas municipais, não pediam a apresentação de um currículo, mas que lhes fizessem chegar uma breve apresentação como a Presidente da Câmara Municipal tinha acabado de fazer porque muitos estavam a votar sem saberem, uma vez que não conheciam todas as pessoas propostas.

--- Acrescentou que, pelo menos indicassem a designação das funções que tinham exercido, como médico no Centro de Saúde, de modo a esclarecer o motivo da atribuição do galardão. -----

--- Concluiu dizendo que pediam algo simples mas que acompanhasse a documentação daquela proposta. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que a proposta era da Câmara Municipal, todavia quem aprovava era a Assembleia Municipal, pelo que estarem a solicitar os currículos antes da Assembleia Municipal, da aprovação, era difícil, todavia, no ano seguinte, tentariam fazer uma breve descrição de qual tinha sido o motivo por que estavam a propor para atribuição de medalha. -----

--- **O Deputado Municipal José Graça** agradeceu o esclarecimento prestado pela Presidente da Câmara Municipal, referindo que persistia uma dúvida, quanto à indicação da Associação de Guias de Portugal. -----

--- Explicou que não era claro se a homenagem se dirigia à organização a nível nacional ou especificamente à estrutura local, confirmando-se agora que a distinção era atribuída à 1.ª

Companhia de Guias de Tavira.-----

--- Agradeceu a devida especificação e solicitou que a mesma também constasse expressamente na elaboração do respetivo currículo porque a própria Companhia Local tinha tido dúvidas sobre se a distinção se destinava à estrutura de Tavira ou ao nível nacional. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal apresentou os resultados da Proposta 161/2026/CM – Atribuição de medalhas municipais de mérito e de bons serviços e dedicação – Alteração à proposta 148/2026/CM que foi aprovada por maioria: -----

--- Medalha Municipal de Mérito – Grau Prata: -----

--- Ana Cristina Viegas da Silva – vinte e sete (27) votos a favor e duas (2) abstenções; -----

--- Ângelo Filipe Silva Pereira – vinte e três (23) votos a favor, dois (2) votos contra e quatro (4) abstenções;-----

--- António Manuel Alves Correia Daniel – vinte e oito (28) votos a favor e uma (1) abstenção;---

--- Carla Patrícia Maié Martins – vinte e cinco (25) votos a favor, dois (2) votos contra e duas (2) abstenções;-----

--- Eugénio Antunes Neves Gaspar – vinte e sete (27) votos a favor e duas (2) abstenções;-----

--- Henrique Carvalho dos Santos – vinte e oito (28) votos a favor e uma (1) abstenção; -----

--- José Liberto Graça – vinte e três (23) votos a favor, dois (2) votos contra e quatro (4) abstenções;-----

--- José Mateus Domingos Costa – vinte (20) votos a favor, quatro (4) votos contra e cinco (5) abstenções;-----

--- Jorge Francisco Silva – vinte e seis (26) votos a favor, um (1) voto contra, duas (2) abstenções;-----

--- Manuel Santos Janeiro – vinte e seis (26) votos a favor, um (1) voto contra, e duas (2) abstenções;-----

--- Manuel Cirilo Gomes Estrela – vinte e sete (27) votos a favor e duas (2) abstenções;-----

--- Leandro Livramento Andrade – vinte e sete (27) votos a favor, um (1) voto contra e uma (1) abstenção;-----

--- Sidónio Manuel Gonçalves Barão – vinte e cinco (25) votos a favor e quatro (4) abstenções; --

--- Carlos Lourenço Reis José – vinte e sete (27) votos a favor e duas (2) abstenções.-----

--- Medalhas Municipal de Mérito – Grau Cobre: -----

--- Associação Guias de Portugal – vinte e oito (28) votos a favor e uma (1) abstenção;-----

--- GATO – Grupo Ajuda Toxicodependentes – vinte e oito (28) votos a favor e uma (1) abstenção;-----

--- Grupo Veteranos de Tavira – vinte e oito (28) votos a favor e uma (1) abstenção;-----

--- **Pedro Manuel do Nascimento** – vinte e três (23) votos a favor, quatro (4) votos contra e duas (2) abstenções; -----

--- **Fernanda Lavrador Guerra Lopes** – vinte e cinco (25) votos a favor, um (1) voto contra e três (3) abstenções. -----

--- **Passou ao ponto número dois do aditamento, Proposta n.º 162/2026/CM – Concurso público para aquisição de apólice de seguros – Encargos Plurianuais.** -----

--- **O Deputado Municipal Carlos Carvalho** cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, a Presidente da Câmara e Executivo Municipal e demais colegas. --

--- Explicou que, pelo facto de exercer funções profissionais no setor segurador e considerando que o ponto em discussão se relacionava diretamente com matérias de seguros, entendia poder existir uma potencial situação de conflito de interesses ou, pelo menos, uma perceção de falta de imparcialidade. Nesse sentido, e por razões de transparência, salvaguarda da idoneidade do procedimento em apreciação, da entidade que representava profissionalmente e da sua própria atuação enquanto membro da Assembleia Municipal, comunicou que se iria ausentar da sala, com a devida permissão, durante a discussão e votação do referido ponto. -----

--- Finalizou solicitando que a presente declaração ficasse expressamente registada em ata e pediu licença para abandonar a sala. -----

--- **O Deputado Municipal Rafael Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Cachopo,** disse que por questão de economia de tempo, com ele passava-se exatamente o mesmo que com Deputado Municipal Carlos Carvalho, pelo que, se lhe permitissem, também se iria ausentar da sala. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que o Município tinha procedido ao lançamento de um novo procedimento concursal para um contrato de seguros com um preço base fixado em um milhão e duzentos mil euros (€ 1.200.000,00), em estrita conformidade com o previsto no Orçamento Municipal. -----

--- Tinham recebido uma única proposta a qual, tinha sido considerada não válida por apresentar um valor de cerca de um milhão e quinhentos e cinquenta e oito mil euros (€1.558.000,00), ultrapassando o preço base estipulado nas peças do procedimento. Face àquela desconformidade necessitavam lançar um novo concurso com carácter de urgência, atendendo a que várias das apólices em causa assumiam natureza obrigatória, não podiam deixar de ter alguns seguros. -----

--- Tinham pedido o aditamento daquele ponto à OD para que a Assembleia Municipal deliberasse e aprovasse a assunção dos encargos plurianuais correspondentes, motivada pela necessidade de reforçar a dotação orçamental em trezentos e cinquenta e oito mil euros (€ 358.000,00). Explicou que aquele reforço e o seguro decorriam da receção de novos

equipamentos e competências nas áreas da saúde, da educação e da Docapesca, que tinha encarecido os seguros. -----

--- Concluiu solicitando a aprovação dos referidos encargos plurianuais, especificando que o concurso teria um prazo de execução de três (3)anos.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a Proposta n.º 162/2026/CM – Concurso público para aquisição de apólice de seguros – Encargos Plurianuais, que foi aprovada por unanimidade dos presentes.**-----

--- Os deputados municipais Carlos Martins Carvalho e Rafael Dias declararam-se impedidos de participar na discussão e votação da proposta por exercerem funções na área dos seguros.-----

--- **O Presidente da Assembleia Municipal** referiu que teriam a aprovação da ata em minuta, todavia pretendia prestar uma informação. Comunicou que a Assembleia Municipal tinha vindo a receber, de forma contínua, diversas recomendações e exposições escritas tanto da Associação Ecotopia Ativa de Ângela Rosa bem como as enviadas pelo partido Reagir Incluir Reciclar (RIR). ---

--- Esclareceu que tinha determinado a distribuição diária de toda aquela correspondência aos deputados municipais tendo verificado que, inclusivamente durante o decorrer daquela sessão, tinham dado entrada novos documentos enviados pelas referidas entidades. -----

--- Salientou que fazia questão de partilhar publicamente aquele procedimento até porque tinha verificado que o líder do partido RIR estava na assistência, pelo que pretendia que ficasse claro que a Mesa da Assembleia Municipal não retinha, nem arquivava os documentos que lhe eram dirigidos, assegurando a sua regular transmissão. -----

--- Acrescentou que antes de proceder à votação da ata em minuta, pretendia agradecer aos serviços de apoio, aos seus colegas, secretários da Mesa, aos funcionários da biblioteca municipal, bem como aos técnicos responsáveis pelas áreas de informática e de som. Estendeu o agradecimento ao público que tinha acompanhado presencialmente até ao encerramento dos trabalhos, assim como a todos os cidadãos que tinham assistido à transmissão. -----

--- **A Presidente da Câmara Municipal** disse que pretendia convidar todos a se juntarem nas comemorações do Dia da Cidade, dia vinte e quatro (24) seguinte com o hastear das bandeiras, a Sessão Solene e a visita às empreitadas em curso na área da saúde, culminando, à noite com o concerto musical do grupo Delfins.-----

--- Informou ainda que, como sempre, o Município iria oferecer sardinhas à população na véspera, no dia vinte e três (23). As associações culturais e desportivas tinham-se candidatado e também estariam na baixa da cidade, no Jardim das Palmeiras e no espaço da antiga lota. Estas associações iriam cozinhar e oferecer as sardinhas cabendo a cada um comprar o pão, os acompanhamentos e algo para beber. -----

-- Convidava todos a comemorarem as tradicionais Festas de São João e aproveitou a oportunidade para manifestar publicamente o seu profundo reconhecimento e apreço ao grupo de mulheres voluntárias que estavam desde o dia dezasseis (16) anterior, sob condições climatéricas de calor intenso, a fazer a montagem e tinham trabalhado para a decoração das ruas desde mês de fevereiro anterior. -----

--- Pretendia fazer um repto a todos, se conhecessem alguém que tivesse jeito e vontade de se unir àquele grupo, era importante, porque a equipa de voluntárias que trabalhavam de forma abnegada era cada vez menor, sendo que muito gostaria de deixar ali o seu apreço e que aquela Assembleia Municipal também reconhecesse o esforço das voluntárias por considerar que muito lhes deviam. -----

--- Disse que era difícil manter as tradições pois lutavam com outros tempos, outras dinâmicas sendo muitos os que, como o Deputado Municipal Viriato Jesus tinha dito, eram necessários para montar uma festa pelo que precisavam de mais pessoas que se unissem. -----

--- Reiterou o apreço e solicitou a todos que se juntassem num voto de louvor àquelas colaboradoras e voluntárias que eram mesmo inexcusáveis sendo que nunca seria suficiente o agradecimento que lhes podiam fazer porque trabalhavam imensas horas, à moda antiga, com recortes feitos no momento e, portanto, mais uma vez agradecia. -----

--- O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à leitura da ata em minuta, que foi aprovada por unanimidade. -----

--- A ata em minuta e documentos apensos, encontra-se em anexo à presente ata como documento número doze (12). -----

--- Disse que pretendia agradecer aos deputados municipais pelo modo como a Assembleia Municipal tinha decorrido, tendo até conseguido terem votos conjuntos das três (3) bancadas. ----

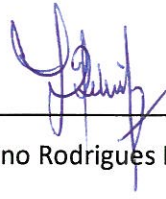
--- Deu por encerrada a sessão à uma hora e sete minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,



(José Manuel Madeira Guerreiro)

Os Secretários,



(José Vitorino Rodrigues Pereira)



(Maria Manuela Gonçalves Romão)

1/2
X
X
X

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

Voto de congratulação a

João Neves

João Pedro Gonçalves Neves, natural de Tavira, nascido a 27 de setembro de 2004, é um futebolista internacional português que se afirma atualmente ao mais alto nível do futebol europeu.

Formado no concelho de Tavira e posteriormente no Sport Lisboa e Benfica, destacou-se desde cedo pelas suas qualidades técnicas, inteligência tática e capacidade competitiva, realizando um percurso de crescimento sustentado que o conduziu ao futebol profissional.

Após a sua afirmação no futebol nacional, transferiu-se para o Paris Saint-Germain, onde integra o plantel principal e tem contribuído de forma relevante para os resultados alcançados pelo clube nas competições nacionais e internacionais.

Entre esses resultados, destaca-se a conquista da Liga dos Campeões, alcançada no passado dia 31 de maio ao serviço do Paris Saint-Germain, uma das mais prestigiadas competições de clubes do futebol mundial. Este feito representa um marco de enorme relevância na sua carreira desportiva e constitui igualmente motivo de orgulho para Tavira, projetando o nome do concelho no panorama desportivo internacional.

Ao serviço da Seleção Nacional, João Neves tem igualmente assumido um papel de crescente relevância, representando Portugal ao mais alto nível e contribuindo para o prestígio do futebol português.

O seu percurso desportivo constitui um exemplo de dedicação, trabalho, perseverança e talento, sendo motivo de reconhecimento para o concelho de Tavira e uma inspiração para os jovens atletas que ambicionam alcançar a excelência desportiva.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em sessão ordinária, delibera:

1. Aprovar um Voto de Congratulação a João Neves pela conquista da Liga dos Campeões, alcançada no passado dia 31 de maio ao serviço do Paris Saint-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

Germain, bem como pelo percurso desportivo de excelência que tem vindo a desenvolver;

2. Felicitar o atleta pelos resultados alcançados e pela forma exemplar como representa Portugal e o concelho de Tavira;
3. Reconhecer o contributo do seu percurso para a projeção do nome de Tavira nos planos nacional e internacional;
4. Dar conhecimento da presente deliberação ao atleta, à Federação Portuguesa de Futebol, ao Paris Saint-Germain, à Câmara Municipal de Tavira e aos órgãos de comunicação social, promovendo a sua divulgação através dos canais institucionais do Município.

Voto de congratulação conjunto apresentado pelos grupos municipais do PS, PSD e CHEGA na Assembleia Municipal de Tavira,



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

VOTO DE CONGRATULAÇÃO AO DESPORTO TAVIRENSE

A recente Gala do Desporto do Município de Tavira 2025 constituiu um momento marcante de reconhecimento do mérito local, homenageando atletas, clubes, associações, dirigentes, treinadores e famílias que contribuem diariamente para o desenvolvimento da atividade desportiva no concelho, reforçando igualmente a afirmação de Tavira como um importante polo nesta área.

Nos últimos meses, diversas entidades e atletas do concelho alcançaram resultados de elevado mérito, projetando o nome de Tavira a nível regional, nacional e internacional.

Para além do voto conjunto apresentado a João Neves na presente reunião, pela conquista da Liga dos Campeões Europeus ao serviço do Paris Saint-Germain, destaca-se a conquista do título de Campeão Europeu de Futebol de Praia Sub-20 por Francisco Crespo, atleta da AD Tavira Praia, em representação da Seleção Nacional Portuguesa.

Merece ainda particular reconhecimento o trabalho desenvolvido pela Associação Onda Sólida Arraial, cujos atletas alcançaram resultados de elevado mérito nos Campeonatos Nacionais de Petanca. Entre os destaques contam-se os títulos nacionais conquistados por Leandro Teixeira (Infantis), Lucas Pires (Juniões) e Ana Rosária (Sénior Feminino), bem como os lugares de pódio alcançados por Salvador Conceição (3.º classificado em Infantis), Vitória Carvalho (Vice-Campeã Nacional em Juniores) e Leonardo Nora (3.º classificado em Juniores).

Acresce ainda que a equipa da Onda Sólida, representante da Associação de Petanca do Algarve, alcançou um brilhante 2.º lugar no Campeonato Nacional de Petanca – Triplete, realizado em Santana.



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

Destaque igualmente para o Sonâmbulos FLA, vencedor da Liga 1 Algarve de Futsal, e para o Ginásio Clube de Tavira, Campeão da Liga 1 Algarve de Futebol no escalão de Iniciados.

Estas conquistas refletem a vitalidade do movimento associativo desportivo tavirense e o trabalho das instituições locais, bem como o contributo da Câmara Municipal de Tavira para o desenvolvimento do desporto no concelho, através do investimento em infraestruturas e programas de apoio.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em sessão ordinária no dia 18 de junho de 2026, delibera:

- Aprovar um Voto de Congratulação ao Desporto Tavirense, felicitando os atletas, clubes, associações e demais entidades pelos resultados alcançados;
- Reconhecer o contributo da Câmara Municipal de Tavira para o desenvolvimento e valorização do desporto no concelho;
- Dar conhecimento da presente deliberação aos visados, às associações e clubes referidos e aos órgãos de comunicação social.

O Grupo Municipal do Partido Socialista,



Grupo municipal do PSD
Assembleia Municipal de Tavira

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

José Macário Correia para liderar a empresa AQUA, S.A.

A nomeação de José Macário Correia, no passado dia 30 de abril para liderar a empresa AQUA, S.A., entidade criada no âmbito do grupo Águas de Portugal com a missão de gerir, coordenar e executar os projetos integrados na estratégia nacional «Água que Une», constitui um justo reconhecimento do seu percurso ao serviço público, marcado por uma vasta experiência nas áreas do ambiente, do ordenamento do território e da administração autárquica enquanto presidente da Câmara Municipal de Tavira e de Faro, bem como pela sua reconhecida capacidade de liderança, conhecimento técnico e experiência na concretização de projetos estruturantes.

A estratégia «Água que Une» representa um dos mais ambiciosos programas nacionais de gestão sustentável dos recursos hídricos, visando reforçar a segurança hídrica, a resiliência climática, a eficiência no uso da água e a concretização de investimentos fundamentais para o abastecimento público, a agricultura, a indústria e o desenvolvimento equilibrado do território nacional.

A relevância desta missão assume particular importância para regiões mais vulneráveis à escassez de água, nomeadamente o Algarve, exigindo liderança, visão estratégica e capacidade de mobilização institucional, qualidades amplamente reconhecidas em José Macário Correia.

Assim, reconhecendo o mérito, a competência e o percurso de José Macário Correia, manifestamos as mais sinceras felicitações pela confiança que lhe foi atribuída para presidir à AQUA, S.A., formulando votos dos maiores sucessos no desempenho desta relevante missão ao serviço do país, na convicção de que o seu trabalho contribuirá decisivamente para a concretização dos objetivos da estratégia «Água que Une» e para o reforço da sustentabilidade hídrica de Portugal.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 18 de junho de 2026, delibera:

- Aprovar um Voto de Congratulação pela nomeação de José Macário Correia para liderar a AQUA, S.A.;
- Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta a José Macário Correia, ao Governo da República Portuguesa e à AQUA, S.A.;
- Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, à Câmara Municipal de Tavira, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.

Tavira, 18 de junho de 2026

Pelo grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD)

19
4
19



Grupo municipal do PSD
Assembleia Municipal de Tavira

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Mérito Desportivo

O grupo municipal do PSD da assembleia municipal de Tavira, congratula os seguintes clubes e atletas, e as suas respetivas equipas técnicas, pelo trabalho, empenho e dedicação demonstrados em prol da prática desportiva no nosso concelho nesta época desportiva, e por levarem o nome de Tavira além fronteiras, com toda a sua resiliência, dedicação e empenho em prol do desporto.

Assim, queremos congratular os seguintes clubes e atletas:

- **Ginásio Clube de Tavira**
Vencedores da Liga 1 Algarve de Futebol no escalão de iniciados masculinos sub-15
- **Sonâmbulos**
Vencedores da Taça do Algarve de FUTSAL no escalão de Iniciados Masculinos sub-15
Vencedores da I Liga Algarve de FUTSAL no escalão de Sêniores Masculinos
- **Clube de Tavira**
Luís Botelho - Campeão Distrital do Algarve de xadrez em partidas rápidas
- **AD Tavira Praia**
Francisco Crespo - Campeão Europeu no escalão de sub-20 de futebol de praia
- **Associação Gimnochamps de Tavira**
Jéssica Pereira - Campeã Nacional de Ginástica Adaptada em Trampolim Individual, Tumbling e Duplo Mini Trampolim no escalão feminino A +14
Francisco Santos - Campeão Nacional de Trampolim Individual, Tumbling e Duplo Mini Trampolim no escalão masculino A sub-13
Ihor Tanchyk - Campeão Nacional de Trampolim Individual no escalão masculino A +14

- **CRD Santaluziense**

Luísa Siqueira e Louise Alves - vencedoras da 1ª Etapa do Campeonato Nacional de Futevôlei
No atletismo, no escalão veteranas femininas, felicitar as campeãs regionais Justina Pereira,
Manuela Pereira, Fátima Salvé Rainha, Lina Brito e Verónica Fernandes.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 18 de junho de 2026, delibera:

- Aprovar publicamente um Voto de Congratulação aos clubes, atletas envolvidos, bem como aos seus treinadores e dirigentes;
- Enviar o presente Voto de Congratulação aos referidos atletas, clubes e treinadores por estas conquistas;
- Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, ao executivo da Câmara Municipal de Tavira, bem como aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.

Tavira, 18 de junho de 2026

Pelo grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

Voto de pesar pelo falecimento de David Sequeira

O Padre David Sequeira, figura incontornável da comunidade tavirense, cuja vida ficou marcada pela dedicação à Igreja, à cultura e ao serviço da população, faleceu aos 94 anos de idade no passado dia 22 de maio.

David Gonçalves Sequeira nasceu em Pêra (Silves) a 28 de julho de 1931, e entrou para o Seminário Diocesano do Algarve, em Faro, em 1944.

Na sua formação passou pelos Seminários de Almada e dos Olivais, no Patriarcado de Lisboa, sendo ordenado presbítero a 2 de setembro de 1956, pelo então bispo algarvio D. Francisco Rendeiro, na igreja paroquial de Alcantarilha.

De 1956 a 1962, foi prefeito e professor do Seminário Diocesano, e frequentou o Instituto Pontifício de Música Sacra de Roma, como bolseiro da Fundação Gulbenkian, entre 1962 e 1965, durante o Concílio Vaticano II; fez o magistério em Canto Gregoriano e a licenciatura em Composição Sacra.

Regressado de Roma, voltou a integrar a equipa formadora do Seminário de São José, ao lado do Padre José Pedro Martins, dinamizando na Diocese a divulgação dos documentos conciliares que propunham uma ampla variedade de mudanças na doutrina e nas práticas da Igreja.

Em 1969, o então bispo do Algarve, D. Júlio Rebimbas, nomeou o padre David Sequeira pároco de Santiago de Tavira, onde tomou posse no dia 28 de setembro. Nesta paróquia, criou as condições para existirem o Centro de Preparação para o Matrimónio (CPM), as Equipas de Nossa Senhora e o Movimento dos Cursilhos de Cristandade, e foi determinante na reabertura do Agrupamento 100 do Corpo Nacional de Escutas em 1979.

Em Tavira, foi também professor de Português e Francês, após o curso de Filologia Românica pela Universidade Clássica de Lisboa, efetivando-se no Agrupamento de Escolas Jorge Augusto Correia, onde lecionou até aos 67 anos de idade. Apaixonado pelo futebol e adepto do Belenenses, treinou as camadas jovens de vários clubes tavirenses.

Porém, a grande paixão da sua vida foi a música coral, fundando e assumindo a direção do Coro 'Nova Esperança', mais tarde renomeado 'Psallite Chorus', por onde passaram

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

mais de 300 jovens que hoje continuam a sua obra, desde 1989, e cofundou o quinzenário Jornal do Sotavento.

Entre 2001 e 2008, para além de Santiago, também foi pároco de Santa Maria, nomeado por D. Manuel Madureira Dias, assumindo e desenvolvendo a obra social iniciada pela Padre Jacinto Guerreiro Rosa, seu antecessor na Matriz de Tavira.

Reconhecido como uma figura central da vida comunitária tavirense, pela sua proximidade às pessoas, pela simplicidade no trato e pela dedicação à comunidade, foi distinguido com a Medalha de Mérito Municipal – Grau Ouro em 2006, o Padre David Sequeira deixa um legado humano, espiritual e cultural que perdurará na memória coletiva de Tavira.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 18 de junho de 2026, delibera:

1. Aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento do Pe. David Gonçalves Sequeira.
2. Propor à Câmara Municipal que seja considerada a consagração da sua memória em local adequado da toponímia tavirense.
3. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta à família enlutada, à Paróquia de Tavira e à Diocese do Algarve, apresentando-lhes as mais sentidas condolências do Município de Tavira.

Voto de pesar conjunto apresentado pelos grupos municipais do PS, PSD e CHEGA na Assembleia Municipal de Tavira.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

Voto de pesar pelo falecimento de Virgílio Lança

Natural de Vila Real de Santo António, o músico e professor Virgílio Lança radicou-se, em Tavira, dedicando a sua vida à educação e ao fado e faleceu no dia 28 de maio, aos 70 anos.

Era licenciado em Economia, pela Universidade de Coimbra, onde começou a cantar e integrar grupos de fado, tendo partilhado o palco com grandes nomes, nomeadamente, com Amália Rodrigues.

Como docente do Agrupamento de Escolas Jorge Augusto Correia, assumiu nos últimos anos da sua carreira profissional a direção do Centro de Formação de Professores, coroando um percurso de formação de alunos e de professores que engrandeceu a comunidade educativa.

Figura ativa no tecido cultural do Algarve, participou em recitais, eventos culturais e em projetos como o “Música nas Igrejas”, promovido pela Academia de Música de Tavira com o apoio da autarquia. A sua presença, no programa “Verão em Tavira”, nomeadamente, no ciclo Fado no Coreto, ficará para sempre na memória de todos nós.

Em 2014, fundou, com o também já falecido Miguel Drago, a associação cultural “Fado com História”, em Tavira, um espaço dedicado à divulgação, valorização e preservação do fado, Património Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO, com atuações regulares ao vivo.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 18 de junho de 2026, delibera:

1. Aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de Virgílio Lança.
2. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta à família enlutada e à direção da associação cultural “Fado com História”, apresentando-lhes as mais sentidas condolências do Município de Tavira.

Voto de pesar conjunto apresentado pelos grupos municipais do PS, PSD e CHEGA na Assembleia Municipal de Tavira

1
2
3



Grupo municipal do PSD
Assembleia Municipal de Tavira

MOÇÃO

Pela Reabertura do Polo da Companhia de Sapadores Bombeiros de Tavira em Cachopo e pela Atribuição de uma Ambulância

A população de Cachopo, situada no coração da Serra do Caldeirão, enfrenta diariamente desafios acrescidos no acesso a serviços essenciais, nomeadamente no que diz respeito à resposta de emergência, socorro e transporte de doentes. A distância significativa aos meios de socorro mais próximos coloca em risco a segurança, a saúde e a tranquilidade de residentes, visitantes e trabalhadores.

Considerando que:

- O antigo Pólo da Companhia de Sapadores Bombeiros de Tavira em Cachopo desempenhou, durante anos, um papel fundamental na proteção civil da freguesia e das aldeias circundantes;
- A ausência de um meio de emergência permanente na freguesia aumenta tempos de resposta, reduz a eficácia das operações de socorro e compromete a resiliência do território;
- A Serra do Caldeirão apresenta características geográficas, climatéricas e demográficas que exigem uma presença operacional de proximidade;
- A reabertura do Pólo, acompanhada da colocação de uma ambulância devidamente equipada e operacional, representa um investimento direto na segurança das populações e na coesão territorial do concelho de Tavira.

Pelo exposto, a assembleia municipal de Tavira reunida, a 18 de junho de 2026, delibera:

- Recomendar à Câmara Municipal de Tavira, ao Serviço Municipal de Proteção Civil e à Companhia de Sapadores Bombeiros de Tavira que procedam à reabertura do Pólo da Companhia de Sapadores Bombeiros de Tavira em Cachopo, garantindo instalações funcionais e adequadas ao serviço;
- Solicitar uma ambulância em permanência, assegurando meios humanos e técnicos para resposta imediata a emergências médicas, incêndios rurais e outras ocorrências;
- Reforçar a articulação com a Junta de Freguesia de Cachopo, promovendo um modelo de proximidade que valorize a segurança, a prevenção e o apoio às populações;
- Reconhecer a urgência desta medida, tendo em conta o isolamento geográfico, o envelhecimento populacional e o aumento de visitantes na região.

Tavira, 18 de junho de 2026

Pelo grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD)

by
A
A



Grupo municipal do PSD
Assembleia Municipal de Tavira

MOÇÃO

Pela execução de um passadiço pedonal de atravessamento da Ria Formosa para acesso público à Ilha de Cabanas

Os deputados municipais eleitos pelo PSD apresentam para apreciação e votação, a presente moção em defesa da execução de um passadiço pedonal de atravessamento da Ria Formosa para acesso público à Ilha de Cabanas, como solução de interesse público local, socialmente mais justa e juridicamente mais consistente do que o atual modelo de acesso exclusivo por travessia marítima.

Considerando que:

- a Informação n.º I/00352/AOT/26 da IGAMAOT concluiu que a travessia marítima entre Cabanas e a Ilha de Cabanas não se encontra sujeita ao regime do POOC-VMVRSA, por ocorrer em área sob jurisdição portuária, atualmente afeta à Docapesca, ficando assim comprometido o fundamento central que tem servido de suporte ao parecer negativo da APA relativamente à solução pedonal;
- a mesma Informação conclui que a travessia está integralmente abrangida pelo POPNRF e que, desenvolvendo-se fora dos canais de navegação definidos, apenas pode ter enquadramento legal ao abrigo da alínea a) do n.º 5 do artigo 44.º do respetivo Regulamento, dependendo de autorização prévia do ICNF e de compatibilidade com os valores naturais em presença;
- a IGAMAOT afirma que o ICNF não demonstrou ter emitido essas autorizações para a atual atividade de transporte marítimo de passageiros e que as licenças históricas anteriores a 2009 são juridicamente insuficientes para afastar o regime instituído pelo POPNRF;
- a IGAMAOT conclui também que não existe plano de gestão para esta área lagunar, apesar de decorridos mais de 16 anos sobre a entrada em vigor do POPNRF, situação que traduz ausência de regulação, de monitorização e de gestão ativa numa zona ambientalmente sensível da Ria Formosa;
- a mesma Informação regista que o ICNF admitiu, em tese, o enquadramento do chamado Traçado 1 no artigo 20.º, n.º 1, alínea b), do POPNRF, relativo a

equipamentos públicos de utilização coletiva e passadiços em construção ligeira, devendo a decisão final ser precedida da avaliação ambiental legalmente exigível;

- a exposição subsequente apresentada pelo Movimento Cívico sustenta que o passadiço pedonal constitui uma alternativa de mobilidade pública, segura, inclusiva e ambientalmente mais favorável, propondo a substituição progressiva do modelo de exclusividade de travessia marítima por uma solução pedonal compatível com a proteção da zona lagunar.

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 18 de junho de 2026, delibera:

1. Recomendar à Câmara Municipal de Tavira que assuma como prioridade política e administrativa a execução de um passadiço pedonal de atravessamento da Ria Formosa para acesso público à Ilha de Cabanas, como infraestrutura de interesse público local e de acessibilidade universal.
2. Defender, junto do Governo, do Ministério do Ambiente e Energia, do ICNF, da APA e das demais entidades competentes, a viabilização do passadiço pedonal como solução de acesso permanente à ilha, em substituição progressiva do atual modelo de exclusividade de travessia marítima.
3. Afirmar que o parecer negativo anteriormente invocado pela APA não pode continuar a servir como fundamento bastante para recusar politicamente a solução pedonal, uma vez que a IGAMAOT concluiu pela inaplicabilidade do POOC-VMVRSa à área em causa.
4. Solicitar que a concretização do passadiço pedonal seja acompanhada pela elaboração urgente do plano de gestão da zona lagunar de Cabanas e por medidas de reorganização do modelo de acesso à ilha, com redução progressiva da pressão motorizada sobre o ecossistema.
5. Determinar que, após aprovação, a presente moção seja remetida à Senhora Ministra do Ambiente e Energia, ao Senhor Secretário de Estado do Ambiente, ao ICNF, à APA, à Câmara Municipal de Tavira, à Assembleia de Freguesia de Cabanas de Tavira, à Capitania do Porto de Tavira, à Docapesca e aos órgãos locais, regionais e nacionais de Comunicação Social.

Tavira, 18 de junho de 2026

Pelo grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD)



PARTIDO POLÍTICO CHEGA
Concelhia de Tavira
Grupo da Assembleia Municipal de Tavira

Moção de Recomendação

A Assembleia Municipal de Tavira tem por missão assegurar um debate útil, plural e eficiente sobre os assuntos de interesse municipal, promovendo o bom funcionamento dos seus trabalhos e a adequada gestão do tempo disponível em cada sessão.

Considerando que, com frequência, os grupos municipais com assento nesta Assembleia apresentam, em simultâneo ou em momentos próximos, moções, votos de louvor, votos de pesar, votos de saudação ou outras tomadas de posição incidindo sobre a mesma pessoa, o mesmo facto ou a mesma ocorrência;

Considerando que, sendo tais iniciativas materialmente coincidentes ou substancialmente idênticas, a respetiva apreciação e votação separada tende a gerar repetição de intervenções, duplicação de procedimentos e um consumo de tempo desnecessário no período de Antes da Ordem do Dia;

Considerando que o Regimento da Assembleia Municipal de Tavira confere à Mesa competências de encaminhamento das iniciativas, elaboração da ordem do dia e redação final das deliberações, cabendo ainda ao Presidente assegurar o regular funcionamento dos trabalhos da Assembleia Municipal;

Considerando que a preservação do pluralismo político não exige a multiplicação de textos autónomos quando exista convergência de propósito e de objeto, podendo essa posição comum ficar salvaguardada através de um texto conjunto, subscrito ou assumido pelos diferentes grupos municipais;

A Assembleia Municipal de Tavira, reunida em sessão ordinária de 18 de junho de 2026, delibera recomendar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que:

Sempre que sejam apresentadas moções, votos de louvor, votos de pesar, votos de saudação, votos de protesto ou outros textos de natureza política ou institucional que incidam sobre a mesma pessoa, o mesmo facto ou a mesma factualidade, promova, com o apoio da Mesa e em articulação com os respetivos proponentes, a sua harmonização num texto único.



PARTIDO POLÍTICO CHEGA
Concelhia de Tavira
Grupo da Assembleia Municipal de Tavira

Esse texto único salvasgarde, sempre que possível, os contributos essenciais de cada grupo municipal proponente, permitindo uma leitura, discussão e votação únicas na sessão da Assembleia Municipal.

O documento final possa ser subscrito, apresentado ou politicamente assumido por todos os grupos municipais que nele se revejam, reforçando a dignidade institucional da Assembleia Municipal e evitando redundâncias procedimentais.

Em casos excepcionais, quando não seja possível alcançar consenso quanto à redação final ou quanto ao sentido político do texto, se mantenha naturalmente o direito de cada grupo municipal apresentar autonomamente a sua iniciativa, nos termos regimentais aplicáveis.

Tavira, 18 de junho de 2026

Pelo Grupo Municipal do CHEGA

[Handwritten signature]



PARTIDO POLÍTICO CHEGA
Concelhia de Tavira
Grupo da Assembleia Municipal de Tavira

Moção de Censura

A Assembleia Municipal de Tavira, reunida em sessão ordinária no dia 18 de junho de 2026, vem, ao abrigo das suas competências e no respeito pelos princípios democráticos que regem o funcionamento dos órgãos autárquicos, deliberar sobre o comportamento adotado pela bancada municipal do Partido Social Democrata (PSD) na última sessão deste órgão.

Considerando que:

A Assembleia Municipal constitui o principal órgão deliberativo do município, devendo pautar-se por elevados padrões de responsabilidade, respeito institucional e cumprimento das normas regimentais;

O Regimento da Assembleia Municipal de Tavira estabelece regras claras quanto ao funcionamento das sessões, incluindo a sua abertura e encerramento, sob direção do respetivo Presidente;

Na última sessão da Assembleia Municipal (22 de abril de 2026), a bancada do PSD abandonou a sala antes de o Senhor Presidente da Assembleia declarar formalmente encerrados os trabalhos;

Tal conduta configura uma quebra do respeito institucional devido ao órgão, ao seu Presidente e aos restantes membros eleitos, bem como aos cidadãos que democraticamente os elegeram;

Este comportamento representa ainda um desrespeito pelas regras regimentais em vigor, colocando em causa a dignidade e o regular funcionamento dos trabalhos da Assembleia.

Pelo exposto a Assembleia Municipal de Tavira delibera:

Censurar e repudiar o comportamento da bancada municipal do PSD, por o considerar indigno, desrespeitoso e contrário às normas regimentais e aos princípios democráticos que devem orientar a atuação dos eleitos locais;

Bancada do Partido Político CHEGA representado na Assembleia Municipal de Tavira



PARTIDO POLÍTICO CHEGA

Concelhia de Tavira

Grupo da Assembleia Municipal de Tavira

Reafirmar a importância do cumprimento rigoroso do Regimento da Assembleia Municipal, bem como do respeito institucional entre todos os seus membros;
Dar conhecimento da presente moção aos órgãos locais do PSD, bem como proceder à sua divulgação pública.

Tavira, 18 de junho de 2026

Pelo Grupo Municipal do CHEGA

Votantes da Ata da sessão ordinária de 22/04/2026

Nomes	Formação partidária	Presenças
Ana Rita Gonçalves Pacheco	PSD	
Anaísa Pera Gonçalves	CHEGA	
Artur Alexandre Augusto Agostinho Teixeira Gomes	PSD	
Arménio Manuel Horta Viegas	PS	
Carlos Filipe Martins de Carvalho	PSD	
Carlos Filipe Pacheco Soares	PS	
Carlos Manuel do Livramento Baptista	C.R.	
Carlos Manuel Viegas de Sousa	PS	
David Martins	PS	
Elsa Maria Cruz Ribeiro	PSD	
Emília Domingos Justo	CHEGA	
Gonçalo Henrique Ribeiro Guerreiro Baptista dos Santos	CHEGA	
Helder dos Mártires Palma da Conceição	MOVE +	
João Miguel Viegas de Mendonça	PSD	
José Epifânio Martins da Graça	PS	
José Manuel Madeira Guerreiro	PS	
José Vitorino Rodrigues Pereira	PS	
Jovita de Fátima Romano Ladeira	PS	
Maria Manuela Gonçalves Romão	PS	
Muriel Cristina Dias Neto	PSD	
Nuno Filipe Gonçalves Diogo	PS	
Nuno Leonel Gonçalves Mateus	PS	
Patricia Adelina Guerreiro de Macedo Pereira Lima	PS	
Rafael Ribeiro Dias	PSD	
Rui Manuel Rocha Horta	PSD	
Sérgio Manuel Gonçalves Pereira	PS	
Sofia Isabel Costa Gomes	PS	
Sónia Margarida Correia Tomás	PSD	
Viriato Luís Santana de Jesus	PSD	